

O valor da preservação

Patrimônio histórico, artístico e arquitetônico
agrega valor econômico para a cidade





Itaú apresenta:

**A história dos recém-casados
que descobriram que o amor não
reforma nem decora a casa.**



Eles contaram com o Crédito Itaú e todo o apoio para comprar a primeira casa e tudo que tem dentro dela.

Quem disse que os gastos acabam depois de comprar sua casa? Geladeira, TV, fogão, reforma e tanta coisa mais de que você precisa para deixar sua casa prontinha custam dinheiro. Nessa hora você pode contar com o Crédito Itaú. Fale já com seu Gerente Itaú. Ele poderá orientá-lo na contratação do crédito feito para você. Se preferir, acesse www.itaú.com.br e saiba mais sobre todas as opções de crédito que o Itaú oferece e como contratar. E lembre-se: use o crédito a seu favor.

Crédito Itaú. Feito sob medida para seus planos.



feito
para
você

Urbs é uma publicação trimestral da Associação Viva o Centro.

Editor: Jorge da Cunha Lima. **Produção e edição:** LDC Editora e Comunicação Ltda.

Rua das Cinco Pontas, 1023. Cotia - SP.

Tel: 11 4702-8331. **Diretor:** Domingos Crescente.

Edição de texto e reportagem: Adilson Fuzo.

Jornalista responsável: Adilson Fuzo (MTb: 44.698).

Projeto gráfico: LDC Editora e Comunicação Ltda.

Arte: Adriana Carrer e Maria Clara Sato.

Foto da Capa: Cristiano Mascaro.

Colaboradores desta edição: Cristiano Mascaro, Francisco Zorzete, Katia Kreutz, Guilherme Leme e Silvio Oksman.

Impressão: Garilli. **Tiragem:** 12.000 exemplares.

Redação, administração, circulação e assinatura:

Rua Líbero Badaró, 425 – 4º andar. CEP 01009-000

São Paulo – SP, Fone: (11) 3556-8959. **Redação:**

redacao.urbs@vivaocentro.org.br. **Assinaturas:**

www.vivaocentro.org.br/assinaturas.

O conteúdo desta publicação não representa o posicionamento da Associação Viva o Centro.

Os artigos publicados expressam tão somente a opinião de seus autores.



Viva o Centro
São Paulo

Patrocinadores desta edição:



sumário

7 Editorial

Patrimônio histórico: um ativo da cidade

8 Preservação

O passado de uma cidade de futuro

14 Artigo

Os “nós” da preservação de bens históricos

20 Ensaio

Arquitetura moderna, patrimônio a ser preservado

26 Entrevista

Usar é a única maneira de preservar

32 Reportagem

Vila Itooró: o fim de uma novela

36 Pesquisa

Caçadores da memória paulistana

39 Internacional

Biblioteca Pública de Nova York

44 Grande Angular

Uma cidade e dois olhares

56 Resenha

São Paulo, da vila à metrópole

60 Livros



Crédito sujeito a aprovação. Taxas, prazos e condições sujeitos a alteração sem aviso prévio.

**Banco do Brasil
e Nossa Caixa
Um novo olhar para
o crédito imobiliário.**

A Nossa Caixa oferece as melhores condições para transformar o seu sonho em realidade. Financie seu imóvel em até 30 anos* com uma das menores taxas do mercado e vantagens exclusivas para os servidores públicos estaduais. Sua carta de crédito pode sair na hora. Aproveite. Consulte hoje mesmo uma agência Nossa Caixa. **Faz diferença ser cliente do maior banco de São Paulo.**

CENTRAL DE ATENDIMENTO NOSSA CAIXA:
4004 2151 (Capital e regiões metropolitanas)
0800 709 0151 (Demais localidades)
SAC: 0800 722 1518 / CAS: 0800 726 6772
OUVIDORIA: 0800 770 8884 (9h às 18h - dias úteis)

Nossa Caixa



São Paulo com a força do Brasil

Patrimônio histórico: um ativo da cidade

Preservar o patrimônio histórico, artístico e arquitetônico da cidade é muito importante. Criar condições para que a cidade se desenvolva também é essencial. O desafio está em satisfazer a essas duas necessidades, que muitas vezes se apresentam de forma conflitante.

Tomemos alguns exemplos:

Todos sabemos que imóveis abandonados se deterioram rapidamente e que prédios em plena atividade se mantêm mais facilmente. No entanto, muitos tombamentos acabam por inviabilizar economicamente um prédio, induzindo seu abandono e consequentemente acelerando a degradação desse patrimônio.

Em São Paulo, com a entrada em vigor da lei “Cidade Limpa”, que despoluiu visualmente a cidade, fachadas de centenas de imóveis tombados existentes no Centro, que abrigam em seus térreos pujante atividade comercial e de serviços, foram rapidamente reformadas com pinturas ou revestimentos que as descaracterizaram completamente.

É sabido também que tomar prédios isolados, principalmente se não tiverem características excepcionais, pode levar a um processo de congelamento e eventual degradação de seu entorno por poderem vir a se constituir em enclaves que podem inviabilizar projetos de renovação urbana mais ampla da área onde se inserem.

Na realidade esse conflito não existe. Preservação e desenvolvimento caminham no mesmo sentido. Enfrentando a questão sem preconceitos de parte a parte, perceberemos que o desenvolvimento, se conduzido de forma sustentável, pode ajudar a preservar e a preservação, se conduzida sem radicalismos, pode ajudar a desenvolver.

Primeiro é preciso que se saiba que tombamento, por si só, garante apenas a não demolição do imóvel e não a sua preservação.

O tombamento precisa ser visto como um prêmio ao proprietário do bem tombado e não como castigo. Para isso se faz necessário estabelecer incentivos realmente atrativos aos proprietários que os conservarem. Dotar os órgãos de preservação de suficientes recursos materiais e humanos para que possam dar respostas rápidas e assessoramento técnico eficaz aos proprietários, que devem ser vistos e tratados como guardiões de bens de interesse público. É preciso ainda que a esses órgãos sejam reservadas as funções mais importantes de analisar, autorizar e acompanhar projetos que prevejam intervenções, modificações, supressões ou adições de elementos ou áreas nos bens tombados. E que arquitetos e técnicos especializados sejam capacitados e liberados para proceder a restauros e conservações simples sem depender de autorização prévia, mediante anotação de responsabilidade técnica pela obra no CREA e seu registro nos órgãos de preservação.

Para que preservação e desenvolvimento caminhem juntos, a decisão pelo tombamento ou não de um determinado imóvel deve levar em conta uma criteriosa avaliação urbanística da região onde se insere. Não é razoável que se tombem imóveis sem ter claro um plano para que sejam preservados e que se analisem as consequências dessa medida sobre os imóveis que os cercam.

A cidade quer crescer e se desenvolver com o imenso ativo que constituem seus tesouros históricos, artísticos e arquitetônicos. Isso implica mudar regras e rever equívocos para que preservação e desenvolvimento finalmente joguem no mesmo lado em defesa do interesse da cidade.

Marco Antonio Ramos de Almeida

Superintendente Geral da Associação Viva o Centro

O passado de uma



Pinacoteca do Estado de São Paulo

cidade de futuro

A polêmica em torno dos tombamentos continua dividindo opiniões. Afinal, como solucionar a complexa equação que envolve a preservação do patrimônio histórico e o desenvolvimento da cidade?

Por Adilson Fuzo



Foto: Dayan de Castro

Quem diria que o tombamento de imóveis se tornaria um assunto tão polêmico? Sempre que uma nova ação é anunciada pelos órgãos de proteção, um cabo de guerra se arma em nome do interesse da cidade. Puxando uma das pontas da corda, acadêmicos, ONGs, artistas e os cidadãos mais nostálgicos pedem por mais e mais proteção à memória da cidade. Do lado oposto do cabo, empresários, especialistas de mercado e proprietários de bens tombados denunciam as consequências negativas desse tipo de ação. Os diversos setores do poder público, por sua vez, também acabam divididos nessa disputa.

Se hoje a discussão em torno desse assunto já divide tantas opiniões – sobretudo no caso dos imóveis –, num passado recente a polêmica era muito maior. Talvez os ânimos tenham esfriado um pouco depois que se percebeu que a cidade sairia perdendo se qualquer um dos lados conseguisse atingir radicalmente seus objetivos, afinal tanto a preservação como o desenvolvimento são necessários. Dessa forma, a disputa saiu do estágio em que se discutia o “tombar ou não tombar” e evoluiu para “como tombar?”

A questão é fundamental para a definição do futuro da cidade. Um tombamento mal feito pode não só sufocar economicamente uma determinada região da cidade como também acelerar a depreciação do próprio bem protegido. Toda essa discussão passa pelas compensações que o poder público oferece aos proprietários dos imóveis tombados, a redefinição de regras para áreas envoltórias e o estudo de alternativas para proteger o patrimônio da cidade sem inviabilizá-lo economicamente.

Ação contrária

No início do ano, o jornal O Estado de S.Paulo fez um levantamento nos 1.813 imóveis tombados (ou em processo de tombamento) até então pelo Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental de São Paulo (Conpresp) e concluiu que cerca de 40% deles estavam abandonados, destruídos ou desfigurados. Segundo o jornal, mais de 400 prédios nessa situação encontravam-se na região central.

Sala São Paulo



O primeiro sinal de que algo está errado, nesse caso, é o fato de que alguns proprietários abandonam seus imóveis protegidos. Esse desinteresse se dá, normalmente, porque o tombamento faz o imóvel sofrer uma severa desvalorização. Além disso, muitas vezes, o proprietário não quer assumir as despesas pela restauração e conservação daquele bem. Some a essa situação algumas pendências jurídicas ou o pagamento de impostos atrasados e você terá mais um imóvel abandonado em São Paulo. Um alvo fácil para invasores.

Prédios nessa situação estão em acelerado processo de degradação, principalmente se estiveram ocupados por cortiços. Um exemplo bem apropriado para essa situação é o que acontece na Vila Itororó, que foi abandonada pelos seus proprietários pouco depois que passou pelo processo de tombamento e, desde então, ficou sob os cuidados dos antigos inquilinos do local. *(Veja mais sobre o assunto na página 32).*

Isso significa que os imóveis se deterioram por culpa do tombamento? É claro que não. (Ou, pelo menos, nem sempre). Na verdade, o tombamento é apenas a primeira etapa num processo de preservação. Sua função é evitar que aquele

bem seja demolido ou descaracterizado. O problema é que, em muitos casos, preservar um bem tombado nem sempre é viável economicamente.

Pagando a conta

Se os pequenos proprietários não querem por a mão no bolso para investir na restauração e conservação de seus bens tombados, o mesmo pode se dizer do próprio governo, que está sempre em busca de alternativas para custear esse tipo de despesa nos bens de propriedade pública. “Salvo raras exceções, o governo não investe nada em imóvel tombado. Ficamos sempre dependendo de parcerias com a iniciativa privada”, afirmou o vereador Toninho Paiva, que atualmente representa a Câmara Municipal entre os membros do Conpresp.

Segundo ele, uma das alternativas para que os proprietários voltem a se interessar pela preservação de seus imóveis tombados seria isenção permanente da cobrança do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) para os contribuintes que mantivessem seu imóvel devidamente conservado.

Praça do Patriarca





Foto: Rafael Martins

Casa das Arcadas

“Hoje em dia, essa isenção é só de dez anos, e nem todos têm acesso”, lembrou Paiva, em referência à Lei das Fachadas que, juntamente com a Lei Mendonça e a Lei Rouanet são os três principais mecanismos de incentivo para obras de restauro em São Paulo.

Para casos específicos de obras em bairros centrais existe ainda a Operação Urbana Centro, que pode destinar uma parte significativa de seus recursos para a recuperação do patrimônio histórico. O maior exemplo de utilização desse mecanismo foi o projeto da Associação Viva o Centro de remodelação da Praça do Patriarca, encomendado a Paulo Mendes da Rocha, com a inclusão de um pórtico na entrada da Galeria Prestes Maia.

Velho versus antigo

Mesmo com todas essas alternativas de incentivo oferecidas para os cidadãos, o tombamento de uma construção ainda representa um grande castigo para o seu dono. Como se não bastasse ver a sua propriedade ser desvalorizada e ter de arcar com uma série de despesas para restauro e preservação, ele ainda terá de enfrentar uma maratona burocrática no



Foto: Márcia Alves

Solar da Marquesa

Departamento de Patrimônio Histórico (DPH) sempre que precisar fazer qualquer obra no imóvel.

Segundo o arquiteto Haron Cohen, não seria necessário submeter tanta gente a esse transtorno. Na opinião dele, os órgãos que decidem pelo tombamento – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Arquitetônico do Estado (Condephaat) e o Conpresp – deveriam reavaliar seus critérios na escolha dos bens que serão protegidos. “O pessoal está confundindo coisa velha com coisa antiga. Muitos dos prédios que estão por aí não mereciam ser tombados”, comentou Cohen, que no campo do patrimônio histórico restaurou o prédio que hoje abriga a Estação Pinacoteca. “De fato, existem algumas peças importantes para a arquitetura, por conta do momento histórico na edificação da cidade de São Paulo, mas o resto é porcaria”.

O excesso de imóveis tombados de maneira desordenada na região central agravaria outro problema que também é campeão de reclamações: as restrições de gabarito para a construção no entorno de alguns imóveis protegidos. “O tombamento deveria ser feito por área e não de por meio de peças isoladas na cidade. Esse modelo já provou que não



Foto: Kurt Riedel / DPH

Monumento ao Duque de Caxias



Foto: Adriana Elias/Folha Imagem

Casarão da Avenida Paulista

funciona”, reclamou Cohen, lembrando que as limitações para construir no Centro acabam empurrando a ocupação territorial para as extremidades da cidade, o que acarreta numa série de problemas urbanos, como por exemplo, o deslocamento da população.

Avanços

Antes de se render ao pessimismo em meio a tantas polêmicas envolvendo os tombamentos, é preciso reconhecer que aconteceram importantes avanços na preservação do patrimônio histórico da cidade nos últimos anos. Iniciativas como o “Adote uma obra de arte”, do DPH, por exemplo, atraiu a atenção da iniciativa privada durante alguns meses. Não é possível deixar de mencionar também alguns projetos de restauração bem sucedidos, como o da Casa das Arcadas e do Edifício Lutetia, encabeçados pela FAAP, e ainda grandes projetos como o da Pinacoteca do Estado, do Museu da Língua Portuguesa, da Praça do Patriarca, da Galeria Prestes Maia, dos jardins do Parque da Independência etc.

Um projeto que chamou a atenção de forma especial, que também contou com a participação da Associação Viva o

Centro, foi o restauro das instalações da antiga Estação Júlio Prestes e a sua adaptação para abrigar a Sala São Paulo. O projeto de Nelson Dupré é comparável às melhores salas de concertos do mundo, além de servir como sede para a Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo.

Apesar do inquestionável sucesso da iniciativa, acreditava-se que, ao instalar ali uma sala de concertos de alto nível – e também a Estação Pinacoteca – as ruas próximas à velha estação acabariam se revitalizando economicamente. Passados dez anos, observa-se que a mudança na região ficou muito abaixo do esperado. Certamente, a área demandava por outras ações de melhoria urbanística, conforme proposta da Associação Viva o Centro feita na época.

Seja como for, se obras grandiosas e complexas podem se concretizar com êxito na mão do poder público, os modestos projetos de proteção ao patrimônio de pequenos proprietários que tiveram seus bens tombados também podem ser bem sucedidos. Falta, porém, que algumas regras e parâmetros sejam revistos pelas autoridades competentes. Enquanto isso não acontece, preservacionistas e desenvolvimentistas disputam seu cabo de guerra. Quem vai vencer?

Os “nós” da preservação de bens históricos

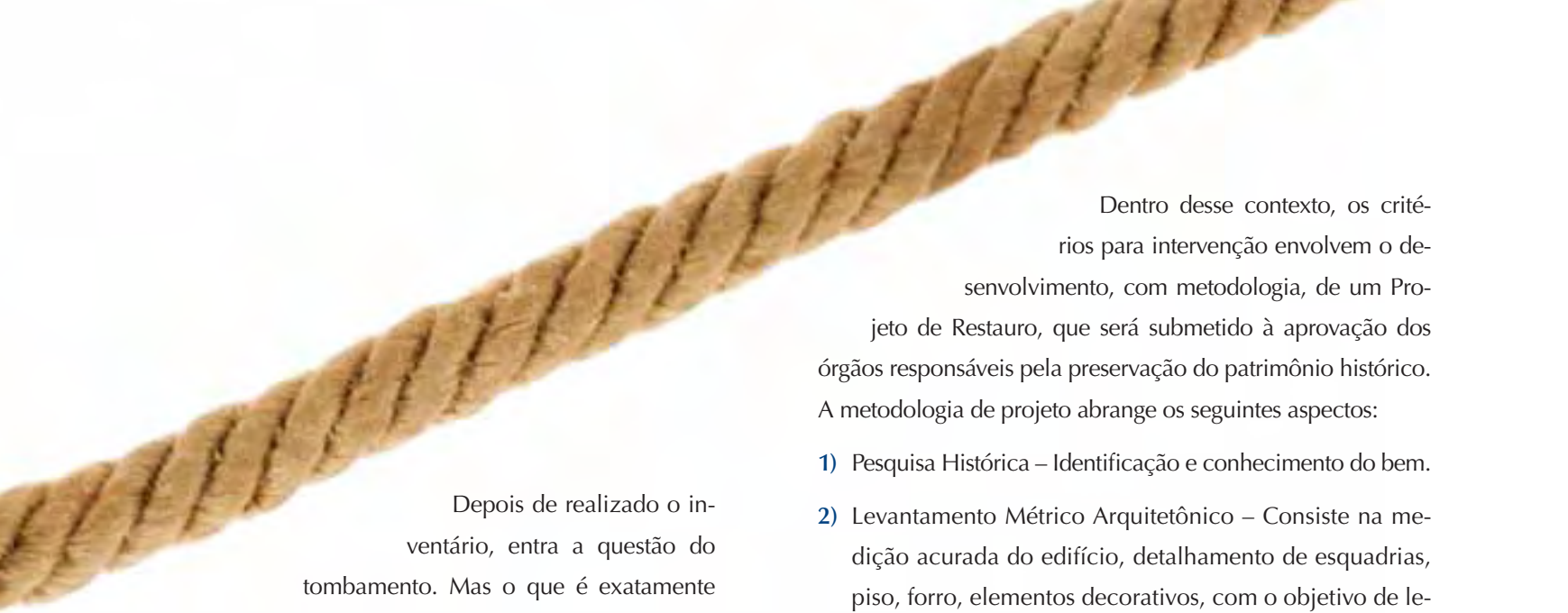
Preservar bens históricos exige também buscar a sua viabilização por meio de estratégias que, não raramente, são barradas por “nós” que precisam ser desatados

*Por Francisco Zorzete e Katia Kreutz**

O restauro do patrimônio não envolve apenas a obra em si, mas a busca por sua viabilização, e conseqüentemente as dificuldades desse processo. A preservação de bens históricos segue algumas estratégias, mas essas estratégias acabam sendo barradas por problemas e “nós” que precisam ser desatados. O primeiro deles aparece já no inventário dos bens de importância para a cidade, para o estado ou para o país.

A tarefa de inventariar imóveis e obras é normalmente realizada pelos órgãos competentes: IPHAN (âmbito nacional), Condephaat (estado de São Paulo) e Conpresp (capital). No nível municipal, esse trabalho fica a cargo do IGEPAC-SP (Inventário Geral do Patrimônio Ambiental e Cultural Urbano de São Paulo). Além de classificar os bens – sítios naturais, históricos e arquitetônicos – a função do IGEPAC é de evidenciar as várias etapas da evolução urbana na cidade.

Desse inventário dos bens de interesse histórico saem os imóveis que serão tombados. Por isso, o inventário deveria estar à frente do desenvolvimento urbano. Antes da incorporação imobiliária, é necessário que se tenha conhecimento a respeito dessas áreas, para que o jogo fique muito claro para o mercado. Ou seja, com relação às áreas históricas, as regras para empreender – do ponto de vista do município e prefeitura – ainda não são desenvolvidas em conjunto com o planejamento urbano. O mais importante é que as regras não sejam alteradas durante o jogo.



Depois de realizado o inventário, entra a questão do tombamento. Mas o que é exatamente um tombamento? Tombamento é o ato de reconhecimento do valor cultural de um bem, que o transforma em patrimônio oficial e institui regime jurídico especial de propriedade, levando-se em conta sua função social. Ou seja, trata-se de um conjunto de ações realizadas pelo poder público com o objetivo de preservar, por meio da aplicação de uma legislação específica, bens culturais de valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental e também afetivo para a população, impedindo que venham a ser demolidos, destruídos ou mutilados. Os órgãos do poder público responsáveis por essa atividade são a Prefeitura, a Secretaria Municipal de Cultura e o Departamento do Patrimônio Histórico.

Infelizmente, a maioria dos proprietários de bens tombados sequer tem conhecimento do assunto. Os proprietários de bens tombados ou em processo de tombamento geralmente não sabem de nada. Embora sejam os maiores interessados, são também os menos informados. A dificuldade está não apenas no fato de não serem notificados, mas também por não existir nenhuma medida esclarecedora, como reuniões ou cartilhas de orientação. Já que o imóvel foi escolhido como uma “jóia” a ser preservada, seria natural que seu proprietário também fosse tratado como tal.

Atualmente, a informação sobre o tombamento de um imóvel consta no IPTU, mas ninguém explica aos proprietários quais são as vantagens e desvantagens de um bem tombado, qual o roteiro de trabalho a seguir, ou qual metodologia de projeto deve ser utilizada. Além disso, é importante rever a antiga mística de que “em bem tombado não se mexe”. Um bem tombado é passível de alterações, sim, mas com critérios.

Dentro desse contexto, os critérios para intervenção envolvem o desenvolvimento, com metodologia, de um Projeto de Restauro, que será submetido à aprovação dos órgãos responsáveis pela preservação do patrimônio histórico. A metodologia de projeto abrange os seguintes aspectos:

- 1) Pesquisa Histórica – Identificação e conhecimento do bem.
- 2) Levantamento Métrico Arquitetônico – Consiste na medição acurada do edifício, detalhamento de esquadrias, piso, forro, elementos decorativos, com o objetivo de levantar o imóvel e suas condições atuais.
- 3) Levantamento Fotográfico.
- 4) Cronologia Histórica / Hierarquia dos Espaços / Identificação dos Materiais e Técnicas Construtivas.
- 5) Análises Laboratoriais / Prospecções Arquitetônicas e de Pintura – Nesse ponto são identificados visualmente os materiais constituintes de todos os elementos, o que auxiliará na proposição de tratamentos específicos.
- 6) Identificação e Mapeamento das Patologias / Diagnóstico – Diz respeito ao mapeamento de todo tipo de dano encontrado no edifício até o momento do restauro.
- 7) Programa de Usos / Projeto de Restauro – Proposta de intervenção. Elaboração do projeto de arquitetura destinado ao uso que se objetiva, bem como dos serviços a serem aplicados para que a obra executada se mantenha.
- 8) Intervenções / Projetos Complementares / Compatibilizações.

Embora o uso dessa metodologia seja um procedimento padrão no mundo inteiro, o principal “nó” a ser desamarrado aqui é o tempo de aprovação de um projeto de restauro nos órgãos competentes. A demora na análise é uma grande dificuldade para o proprietário desenvolver os trabalhos.

Uma vez que o projeto esteja pronto e aprovado, existem incentivos e saídas para a realização do restauro. É preciso informar os proprietários também nesse sentido. “Você tem um bem tombado, mas em compensação tem uma série de incentivos.”

Um exemplo de incentivo, voltado especificamente à região central de São Paulo, é a Lei de Isenção do IPTU por 10 anos. Essa lei, de nº 12.350/97, determina a isenção do imposto a proprietários que restaurarem e conservarem seus imóveis tombados localizados no centro histórico. De acordo com a Comissão Procentro, no decorrer dos 10 anos de existência dessa lei, o número de imóveis beneficiados foi de apenas 18, sendo que quatro deles já perderam o benefício.

Um dos impeditivos para a aplicabilidade da lei está no fato de que ela exige um retorno do imóvel à sua originalidade. Conforme consta no texto, “o incentivo fiscal de que trata o ‘caput’ deste artigo poderá ser concedido às pessoas físicas ou jurídicas que tiverem iniciado as obras de recuperação nos imóveis antes da vigência desta Lei, ou que os tiverem mantido conservados com as características originais.”

Essa exigência vai contra a própria contemporaneidade do restauro. “Quase que necessariamente, o restauro nos obriga a adaptar o prédio com saídas de incêndio, acessibilidade,

adaptá-lo à tecnologia de hoje. E a lei diz: eu te dou isenção se você voltar à originalidade”. O texto da lei, equivocado, deve ser reescrito junto ao prefeito e à Câmara Municipal. Somente dessa forma ela poderá ser verdadeiramente aplicada.

Outro “nó” existente na Lei de Isenção do IPTU, segundo a própria Comissão Procentro, está na documentação exigida dos proprietários para aprovação de um projeto. Além disso, a lei se limita apenas ao centro da cidade. Nesse caso, existe também a necessidade de ampliar os incentivos para todos os bens tombados de São Paulo, que estão sendo desconsiderados. Ou seja, é preciso que a lei seja revista e ampliada, pois todos esses imóveis – sejam eles industriais ou residenciais, e independentemente de sua localização – merecem o mesmo incentivo.

Ainda no âmbito municipal, existe a Lei Marcos Mendonça de incentivo à cultura, de nº 10.923/90. Ela prevê a “associação de recursos privados com os do município de São Paulo, por meio de incentivos fiscais, com a finalidade de

Exemplo europeu: projetos de restauro conciliados com campanhas publicitárias no tapume das obras



patrocinar iniciativas culturais de todos os gêneros”, entre eles a área de “acervo e patrimônio histórico e cultural, museus e centros culturais”.

Atualmente, o valor máximo de incentivo permitido (um milhão de reais para patrimônio histórico) muitas vezes é insuficiente para a execução do restauro. A grande quantidade de documentos exigidos para inscrição do projeto, o que dificulta a agilidade de sua aprovação, também é um problema desta lei; problema que, aliás, ocorre com frequência em nossa legislação – seja em nível municipal, estadual ou nacional.

Exemplo disso é a Lei Estadual (SP), que recebeu oficialmente o nome de ProAC (Programa de Ação Cultural), e que, além da dificuldade e lentidão no cadastro do proponente, determinou recentemente a suspensão provisória das inscrições, conforme consta no *site* da Secretaria de Estado da Cultura: “considerando as restrições orçamentárias que estão sendo impostas a todos os órgãos do Governo, em decorrência da crise econômica e seus impactos na arre-

cação do ICMS, que é a fonte de recursos do ProAC, por medida de prudência, estão suspensas provisoriamente as inscrições de novos proponentes e projetos culturais para a obtenção dos benefícios”.

Já a Lei Rouanet (nº 8313/91), de abrangência federal, que contempla projetos de “conservação e restauração de prédios, monumentos, logradouros, sítios e demais espaços, inclusive naturais, tombados pelos Poderes Públicos”, e cujo sistema *online* foi totalmente remodelado para melhoria no atendimento aos proponentes, ainda apresenta alguns problemas operacionais devido ao processo de experimentação do novo *site*. A dificuldade de encontrar patrocinadores, após a aprovação do projeto, também é muito grande quando se trata de patrimônio. A opção dos investidores é sempre pelas áreas de maior visibilidade, ou seja, zonas muito específicas da cidade.

Problema que aparece em todos os editais para leis de incentivo, o fato de não haver uma normatização para apre-

legenda



sentação de projetos entre os órgãos de preservação (municipal, estadual ou federal) é mais um fator que dificulta o processo. As diferentes formatações exigidas por cada órgão tornam a inscrição de projetos desgastante e demorada. Se todos os órgãos utilizassem uma mesma norma no que diz respeito aos requisitos para inscrição, os proponentes teriam maior facilidade para submeter seus projetos, que por sua vez poderiam ser analisados com maior rapidez, clareza e transparência.

Considerando todos esses “nós”, quais seriam as saídas possíveis para realmente incentivar, além de rever leis existentes e agilizar processos?

Algumas propostas podem surgir inspiradas em cidades européias, como Berlim ou Barcelona. A iniciativa do programa “Barcelona, posa’t guapa”, por exemplo, ajudou a revitalizar a cidade por meio de uma excelente campanha publicitária. Não apenas a população da cidade foi mobilizada a participar das ações, por meio de uma comunicação eficiente entre o poder público e a sociedade civil, mas a iniciativa privada foi esclarecida sobre as vantagens de investir em propaganda nos tapumes das obras. Seguindo essa idéia, e com a Lei Cidade Limpa em vigor na cidade de São Paulo, uma sugestão seria abrir “brechas” para a publicidade no envelopamento de obras de restauro, como aconteceu em 2008 no Programa Adote uma Obra Artística. Foi permitido ao patrocinador, a empresa Votorantim, divulgar sua logomarca nos tapumes informativos que envolviam os 30 monumentos que estavam sendo restaurados. Atualmente a CPPU (Comissão de Proteção à Paisagem Urbana) desenvolve estudos nesse sentido, permitindo a assinatura de termos de cooperação com a iniciativa privada para o restauro de prédios históricos, colocando publicidade nos tapumes ou placas indicativas.

Conservar para não restaurar

Outra saída para a preservação está na educação patrimonial. “Conservar para não restaurar” se tornou, mais do que nunca, um ideal de conscientização a ser adotado tanto pela população jovem quanto pelos grandes empreendedores. Para promover ações nesse sentido, existem projetos como o da Escola Paulista de Restauro, uma iniciativa de cunho social que busca a capacitação profissional em técnicas de restauro para pessoas em situação de vulnerabilidade social,



Programa Adote uma Obra Artística: preservação com parceria entre poder público e iniciativa privada



além de oferecer atividades multidisciplinares a estudantes e profissionais das áreas de Arquitetura, Engenharia, História, Artes etc.

Naturalmente, a necessidade de cartilhas de orientação, como já foi salientado, é uma premissa do trabalho de conscientização e esclarecimento da população. E também uma seqüência ao próprio restauro. Depois de restaurar, é fundamental conservar. Mas como se conserva um bem histórico? Os cuidados na conservação devem ser aplicados tanto em propriedades particulares quanto em prédios públicos. Os profissionais que trabalham nos prédios – síndico, zelador, faxineiro – podem mudar, mas a importância de não utilizar métodos incorretos no cuidado desses bens deve permanecer.

A questão da conservação de nosso patrimônio é um problema que diz respeito a todos. Desde o garoto que está aprendendo o valor da importância histórica até o dono da empresa que quer derrubar o prédio antigo para construir um novo. Essa conscientização é uma responsabilidade coletiva.

** **Francisco Zorzete** é artista plástico e restaurador. Foi diretor da Companhia de Restauro e tem uma trajetória de vida dedicada aos espaços urbanos. Trabalhou na Divisão de Preservação do Departamento de Patrimônio Histórico de São Paulo, estruturou a Companhia de Restauro e foi um dos idealizadores da Escola Paulista de Restauro.*

***Katia Kreutz** é formada em letras e estudante de jornalismo. Estudou direção e roteiro na Academia Internacional de Cinema e é coordenadora de Comunicação da Companhia de Restauro e gestora do projeto Escola Paulista de Restauro.*

Para saber mais

PMSP – SMC – DPH – Conpresp:

(www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/conpresp)

Procentro – Programa de Reabilitação da Área Central da Cidade: (www.procentro.com.br)

Programa Adote uma Obra Artística: (www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/patrimonio_historico/adote_obra)

Governo do Estado de São Paulo – SEC – Condephaat:
(www.cultura.sp.gov.br/portal/site/SEC)

Governo Federal – MinC – Iphan:
(www.cultura.gov.br/site/categoria/apoio-a-projetos) -
(www.portal.iphan.gov.br)

Leis de Incentivo – Textos na íntegra:
(www.companhiaderestauro.com.br – Seja um Patrocinador)



Arquitetura moderna, patrimônio a ser preservado

A partir de uma abordagem histórica, a arquitetura moderna, cujo período de maior produção ocorreu há cerca de 50 anos, exige um trabalho de preservação que implica estudos nos aspectos estético, educacional, memorial e simbólico

Por Silvio Oksman



*Faculdade de Arquitetura
e Urbanismo da USP*

Foto: Lalo de Almeida/Folha Imagem

Na medida em que arquitetura moderna nasceu dentro de uma negação e contraposição à arquitetura eclética produzida em finais do século XIX, passado imediato, a sua preservação hoje, quando ela mesma já se encontra inscrita na história, nos coloca questões que exigem novos conceitos e instrumentos de ação.

Passado, aproximadamente, meio século do momento de sua maior produção, a arquitetura moderna deve ser abordada como patrimônio histórico, principalmente quando as formas de preservação e intervenção forem discutidas e sempre amparadas pelos princípios e recomendações das cartas patrimoniais - como em qualquer trabalho de conservação, intervenção ou restauro.

Partindo deste olhar histórico para a arquitetura moderna, a discussão sobre a sua preservação como patrimônio tem

início em um necessário e árduo trabalho: a identificação dos edifícios que possuam atributos a serem preservados e transmitidos para o futuro. Implica estudos de diferentes aspectos – estético, histórico, educacional, memoriais e simbólicos – e que devem ter caráter multidisciplinar.

A arquitetura moderna tinha como premissa atender às novas e crescentes demandas da sociedade, provenientes do amplo desenvolvimento industrial e do intenso processo de urbanização. A abrangência das atividades é ampliada com ênfase em questões sociais que envolvem grande produção de habitação, mas também na construção de fábricas, escritórios, escolas etc. Soma-se a isto a proposta de produção industrializada, em larga escala. Este enorme e variado patrimônio não poderá ser protegido na sua totalidade. Diante desta impossibilidade, a seleção de edifícios paradigmáticos a serem preservados e a catalogação dos documentos existentes do maior número de obras que for possível (projetos, maquetes, fotografias, croquis etc.) são de extrema importância para a preservação dos valores destes bens.

Conforme estabelecido na Carta de Veneza – carta internacional sobre conservação e restauração de monumentos e sítios, de 1964 – da qual os órgãos de preservação do patrimônio brasileiros são signatários, “a conservação dos monumentos é sempre favorecida por sua destinação a uma função útil à sociedade; tal destinação é, portanto, desejável, mas não pode nem deve alterar a disposição ou a decoração dos edifícios”. A especificidade do programa de vários dos edifícios modernos é uma das dificuldades que se encontram quando da necessidade de intervenção e atualização. Este argumento foi utilizado largamente para justificar a sua demolição e reformas que muitas vezes os desfiguraram. Por se tratar de uma ação de cunho cultural, a intervenção nestes edifícios não deve ser conduzida pela prevalência das questões de ordem pragmática tais como mudança de uso e adequação de espaços. É preciso considerar as recomendações que não resultarão, necessariamente, em obras mais onerosas ou demoradas (outros dois argumentos bastante utilizados).

A partir do século XVIII a preservação de patrimônio histórico edificado vem sendo debatida a partir de um ponto



A Pinacoteca do Estado de São Paulo depois da reforma

de vista que a coloca como uma forma de transmissão de valores de determinadas épocas às gerações futuras. Desde John Ruskin (1819-1900) e Eugène Emmanuel Viollet-le-Duc (1814-1879) até os dias de hoje, muito se evoluiu neste sentido, com diversos critérios e recomendações que foram sendo revistos ao longo do tempo. Essas normas e recomendações devem ser utilizadas no âmbito da arquitetura, independentemente de escolas e estilos (inclui-se aí a arquitetura moderna). Por não se tratar de leis, sua aplicação exige uma cuidadosa análise da obra e de uma avaliação crítica de seu valor arquitetônico. Algumas diretrizes que devem ser observadas são: **mínima intervenção** – segundo Alphonse Didron, ainda no século XIX: *“No que tange aos monumentos antigos, é melhor consolidar do que reparar, reparar do que restaurar, restaurar do que refazer, refazer do que embelezar; em nenhum caso se deve acrescentar e, sobretudo, nada suprimir”*; **distinguidade** – a intervenção não pode ficar disfarçada, com a utilização de estilo que

seja próximo àquele do edifício original; deve *“ostentar a marca do nosso tempo”* – para não induzir ao engano; **reversibilidade ou re-trabalhabilidade** – não se pode impedir uma intervenção futura (esta definição vem gerando muita incompreensão levando a uma interpretação que sugere que as intervenções devem ser projetadas de forma a serem removidas, como se fossem provisórias).

Especificamente a respeito do patrimônio moderno, algumas questões devem ser observadas:

- A distância temporal para que se possa ter um olhar histórico e crítico para a produção da arquitetura moderna está se completando agora, na virada do século XXI.
- A possibilidade de consulta aos arquitetos autores destes projetos ou de outros, participantes das equipes, passa a ser uma questão delicada. Exigir um olhar histórico para a sua própria obra pode ser uma solicitação difícil de ser atendida.

Pudemos observar isso quando da demolição da Fábrica Duchon. Este projeto de Oscar Niemeyer e Hélio Uchoa, de 1950, na Rodovia Presidente Dutra, em São Paulo, foi premiado na 1ª Bienal de São Paulo em 1951 e sempre citado como exemplar de extremo significado para a arquitetura industrial e moderna brasileira. Mesmo tendo perdido a sua funcionalidade diante da modernização da produção alimentícia, poderia passar por um processo de atualização e ser mantido como exemplar significativo da arquitetura paulista. Pouco antes de ter seu tombamento decretado o edifício foi demolido. Questionado sobre a demolição do conjunto, o arquiteto afirmou que a obra não tinha maior interesse.

Situação parecida aconteceu, mais uma vez, com o arquiteto Oscar Niemeyer em relação à implantação do novo auditório e da proposta de demolição de parte da marquise no Parque do Ibirapuera no início desta década. Nesta ocasião, a postura do arquiteto foi de que o projeto original do parque, dos anos 1950, já contemplava o auditório. O projeto revisado pelo próprio autor sugeria que para a sua melhor implantação, deveria se intervir inclusive na marquise, parte integrante do parque e, por isto, tombada pelos órgãos de preservação do patrimônio. Independentemente da aprova-

ção ou não da proposta, ficou evidente a importância de um debate amplo e aberto, com pessoas qualificadas para abordar a questão.

Apesar dos atuais avanços, parte da tecnologia utilizada nas construções da arquitetura moderna e, principalmente, aquela que interfere na sua linguagem, ainda é produzida atualmente, gerando confusão entre manutenção, reforma, restauro e intervenção. Diante de um edifício eclético que passa por um processo de restauração ou de intervenção, o princípio da distinguibilidade pode ser facilmente observado. Um bom exemplo é o caso da intervenção no edifício da Pinacoteca do Estado de São Paulo, projeto de Paulo Mendes da Rocha, concluído no final dos anos 90. A proposta alterou o sistema de circulação do edifício e instalou nos pátios centrais passarelas metálicas que criaram um novo eixo de circulação. Estes novos elementos são claramente identificáveis no edifício como uma inserção do novo projeto no edifício (construído um século antes). Quando se trata de um edifício da arquitetura moderna, a solução para algumas questões de intervenção são mais complexas. No caso de uma fachada em cortina de vidro, tão comumente utilizada nos edifícios em questão, que já não tem o desempenho desejado, como se deve proceder? Recuperar a estrutura existente, respeitando o quanto possível o projeto original e sua configuração ou substituí-la por

uma nova fachada, com a mesma aparência, mas com tecnologia atual? Seguindo o conceito de mínima intervenção, o ideal é buscar a recuperação do existente. A substituição total, por nova tecnologia, é ação que somente deveria ser tomada depois de extintas as possibilidades de recuperação. No caso de uma grande destruição devemos, caso seja possível a recuperação do edifício, partir do princípio da distinguibilidade.

A suposição de que se pode, a partir de um projeto, refazer um edifício como ele fora construído originalmente tem sido posta em prática com uso do argumento de que se trata de uma ação de preservação. No entanto, esta ação é uma perigosa retomada do conceito de restauração defendido por Viollet-le-Duc, e já muito contestado. Ele dizia: “Restaurar um edifício não é mantê-lo, repará-lo ou refazê-lo, é restabelecê-lo em um estado completo que pode não ter existido nunca em um dado momento”. Supostamente, estes documentos seriam a representação gráfica do que está ou foi executado. Na prática, entretanto, não se pode afirmar que estes projetos e imagens são rigorosos em relação ao que foi construído. Decisões de obra que acarretam em alterações de detalhes são muito comuns e, fotografias, muitas vezes, são feitas sob ângulos muito bem escolhidos, de forma a mostrar apenas aquilo que interessa da obra.



Foto: Leonardo Weni/Folha Imagem

Fachada da Casa Modernista, a primeira em estilo modernista de São Paulo e tombada pelo patrimônio histórico, na Rua Santa Cruz, 325, na Vila Mariana

Em 2008, um incêndio no Teatro Cultura Artística, projeto de Rino Levi (1901-1965) de 1942, em São Paulo, destruiu completamente a sala de espetáculos mantendo apenas o painel artístico de Di Cavalcanti que compõe a fachada. Nas discussões sobre como proceder neste caso, as virtudes técnicas da sala foram enaltecidas e a existência do projeto executivo serviu como argumento para a tentativa de reconstrução do edifício. Por melhores que fossem as soluções técnicas do projeto, passados mais de sessenta anos de sua construção, novas tecnologias e equipamentos foram desenvolvidos e devem ser utilizados, tanto em relação às questões cênicas e acústicas, quanto às questões de segurança. Uma nova sala de concertos está sendo projetada no mesmo local, respeitando a implantação original do teatro e mantendo o grande painel artístico da fachada que será, dentro do possível, restaurado.

A eventual destruição ou demolição completa de um edifício simbólico não deve, portanto, suscitar o discurso de reconstrução a partir do projeto original. Mantêm-se os documentos existentes como registro de sua história. A reconstrução pode até ter um caráter didático, mas, em hipótese alguma, pode ser considerada uma ação de preservação; trata-se de um modelo em escala real ou, em outros termos, de um clone.

Patrimônio moderno brasileiro

No Brasil, desde final dos anos 30, com a criação do SPHAN - Serviço do Patrimônio Histórico Nacional – vêm sendo desenvolvidos trabalhos para proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. O corpo técnico do SPHAN teve, na sua formação, vários arquitetos ligados à produção da arquitetura moderna brasileira. Por paradoxal que possa parecer, esta presença fazia sentido, pois, tratava-se da busca de uma identidade nacional, que teria continuidade na arquitetura moderna.

Lúcio Costa (1902-1998) fazia parte deste grupo e nos vários documentos desenvolvidos para o órgão, propõe a preservação de exemplares de arquitetura que fossem representativos de uma arquitetura nacional como a Igreja de São Miguel, em São Miguel das Missões, no Rio Grande do Sul, ou a Igreja de Nossa Senhora da Glória do Outeiro,

no Rio de Janeiro. Neste mesmo processo de identificação de exemplares, Costa não deixa de indicar obras modernas, recém construídas. Em 1947 pede o tombamento da Igreja de São Francisco de Assis da Pampulha, projetada por Oscar Niemeyer em Belo Horizonte, e concluída no mesmo ano com a seguinte colocação: “Considerando, enfim, que o valor excepcional desse monumento o destina a ser inscrito, mais cedo ou mais tarde, nos Livros do Tombo, como monumento nacional, e que, portanto seria criminoso vê-lo arruinar-se por falta de medidas oportunas de preservação, para se haver de intervir mais tarde no sentido de uma restauração difícil e onerosa, tenho a honra de propor,(...) o tombamento preventivo da Igreja de São Francisco de Assis, da Pampulha, ...”.

Em 1990 em carta ao IPHAN (antigo SPHAN), Lúcio Costa pede o tombamento da cidade de Brasília, que tem seu plano urbanístico – Plano Piloto – projetado pelo próprio solicitante nos anos 1950. Nesta carta, justifica: “o importante é que Brasília exista e tenha sido concebida e consolidada na escala do Brasil definitivo. Brasília é, de fato, uma síntese do Brasil com seus aspectos positivos e negativos, expressando assim, ao vivo, as contradições da sociedade brasileira”. Apresenta os pontos do seu plano que devem ser preservados: as quatro escalas da concepção do projeto – monumental, residencial, gregária e bucólica; a estrutura urbana; as características dos eixos; o eixo monumental; o conceito de super quadra; a hierarquia do tráfego; o parque projetado por Burle Marx e, por fim, resgatar os quarteirões da cidade.

Para a comemoração dos 50 anos do aniversário da cidade, Oscar Niemeyer projetou uma praça no canteiro central do Eixo Monumental, ferindo seu tombamento. O IPHAN de Brasília se pronunciou contrário ao projeto. Em entrevista ao jornal Folha de São Paulo, Niemeyer retrucou: “As cidades sempre acabam sendo modificadas, queira ou não queira. Sempre aparece uma coisa nova que obriga a modificação.”

Em São Paulo, uma das discussões atuais é de como intervir no edifício da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Projetado por Vilanova Artigas (1915-1985) e inaugurado em final dos anos 60, é um dos



Vista aérea dos escombros do Teatro Cultura Artística, depois do incêndio de 17 de agosto de 2008

principais edifícios da arquitetura moderna paulistana – que alguns autores denominam Escola Paulista. Foi tombado pelo CONDEPHAAT em 1982. O edifício foi projetado em consonância com um projeto de ensino desenvolvido com importante participação do próprio arquiteto. O partido adotado, segundo o próprio autor “defende a tese da continuidade espacial. Seus seis pavimentos são ligados por rampas suaves e amplas, em desníveis que procuram dar a sensação de um só plano. Há uma interligação física contínua em todo o prédio. O espaço é aberto e as divisões e os andares praticamente não o seccionam, mas, simplesmente lhe dão mais função”.

O crescimento das atividades acadêmicas, de pesquisa, ensino e extensão resultaram na necessidade de mais espaço para a faculdade. Nos anos 90 foi realizado concurso para construção de um anexo, ganho pelo professor Giancarlo Gasperini. Mesmo com este recente aumento das instalações, ainda se verifica a necessidade de reorganização das atividades dentro dos edifícios. Aquelas propostas por Artigas foram sofrendo modificações ao longo dos anos. Soma-se a isto uma precária manutenção na estrutura da cobertura e das instalações em geral. A questão colocada é como intervir neste edifício, sabendo que ele não é intocável, respeitando suas características originais? Como fazer com que

ele não perca sua função de escola de arquitetura, mas que atenda as necessidades atuais dos seus usuários?

Pode-se concluir, por estes e mais alguns outros casos, que a arquitetura moderna brasileira, como consequência da excelência de seus projetos e de um trabalho intenso para seu reconhecimento, é representativa da produção do século XX. A ação que se apresenta no presente é como intervir nesta obra, que de fato se concretizou como patrimônio histórico e cultural, para manter e transmitir seus valores para gerações futuras.

Para saber mais sobre o assunto

- Lúcio Costa: Documentos de trabalho. Org. José Pessoa – Rio de Janeiro, IPHAN, 2004
- Preservação do Patrimônio Arquitetônico da Industrialização. Beatriz Mugayar Kuhl. São Paulo, Atelie Editorial, 2008
- La clonación arquitectónica. Ascensión Hernández Martínez. Madrid, ediciones Siruela, 2007

**Silvio Oksman é arquiteto formado pela FAUUSP em 1998 e tem mestrado na mesma escola. É sócio do Escritório Paulistano de Arquitetura, onde desenvolveu, entre outros, o projeto de ampliação do Museu Paulista.*

“ Hoje em dia, ao contrário do que acontecia no passado, recebemos solicitações de tombamento. ”

Carlos Augusto Calil

Foto: Daniel Kfourji/Folha Imagem



“ O tombamento precisa gerar ganho para o proprietário também por meio de isenções de impostos... ”

Walter Pires

Foto: Daniel Crescente



Usar é a única maneira de preservar

O secretário municipal da Cultura de São Paulo, Carlos Augusto Calil, e o diretor do Departamento do Patrimônio Histórico (DPH) da cidade receberam a Urbs em uma sala ampla do edifício Galeria Olido, na Avenida São João, em frente ao largo do Paissandu. Durante quase duas horas daquele final de tarde de trânsito surpreendentemente bom na cidade, eles falaram sobre a importância de se preservar os bens históricos, culturais e ambientais de São Paulo; da preocupação em promover a preservação tendo em vista a necessidade de desenvolvimento econômico; e defenderam a idéia de que somente com utilização os bens tombados podem ser preservados.

Urbs: Qual a importância de se identificar e preservar o patrimônio histórico e cultural da cidade?

Walter Pires: A preservação dos bens culturais ou históricos proporciona à sociedade a identificação de signos do passado. Seja um objeto, um edifício ou um espaço urbano, o bem preservado permite à população manter uma relação de reconhecimento com a aquele trabalho, com aquele prédio, rua ou até com toda a cidade, como acontece com Parati e Ouro Preto, por exemplo. Em uma cidade como São Paulo, a questão é mais complexa pois exige a identificação do que é relevante preservar, sempre com a visão de que preservar não é paralisar, congelar, mas sim acompanhar o processo de mudança contínua das cidades. É nesse aspecto que surge sempre o debate sobre se devemos preservar ou modernizar. A verdade é que esse é um falso debate, pois nós devemos preservar dentro do contexto de mudança e modernização constante da cidade.

Carlos Augusto Calil: É importante que as comunidades criem identidades em torno das quais elas se constituem. Em um país novo como o nosso, em uma sociedade transplantada como a nossa, esses elementos históricos costumam ser negados o tempo inteiro. Para criar o novo é preciso destruir o passado. A tradição brasileira é de desprezo pelo passado. Isso em todas as áreas. Na minha área, em particular (Cinema), isso é bastante evidente. Para se construir os cinemas novos, destroem-se os cinemas antigos. Porém, eu creio que a sociedade brasileira já está amadurecendo e percebendo que precisa criar linhas de força em torno de bens comuns. E o patrimônio tem sido um desses elementos comuns. Hoje em dia, ao contrário do que acontecia no passado, recebemos solicitações de tombamento. Antes, o tombamento era um ato de resistência a alguma ameaça iminente. Hoje não é mais necessariamente assim. Ainda existe isso – eu não estou pintando o presente como se tudo fosse cor de rosa –, mas hoje a comunidade já começa a se organizar em torno de certos valores comuns e o patrimônio histórico é um deles, graças a Deus.

Walter: Inegavelmente, nestes últimos 15 ou 20 anos houve uma capilaridade muito maior na questão da preservação. Isso deixou de ser preocupação de uma elite in-

telectual e hoje está muito mais enraizada na população de uma forma geral. Acredito que o próprio desenvolvimento da conscientização em torno da questão ambiental levou a uma preocupação maior com a cidade, a rua etc.

Urbs: Os senhores concordam com a afirmação que usar os bens tombados é uma maneira de preservar?

Calil: É a única maneira.

Urbs: Então como conciliar preservação e utilização? Como conciliar tombamento e desenvolvimento econômico?

Calil: Até hoje a preservação e o tombamento têm sido identificados como imobilismo e com a ideia do ônus para o proprietário. É preciso pensar em reverter esse jogo criando incentivos para que o imóvel tenha investimentos razoáveis na sua manutenção, mas, sobretudo, é preciso encontrar um novo estímulo, senão esse imóvel ficará fora do seu ambiente, como uma espécie de excrescência histórica.

Walter: Para conciliar preservação e desenvolvimento é necessário haver um ajuste integrando aquilo que precisa ser protegido (não é só tombamento para o patrimônio histórico, podem ser também leis de preservação ambiental) ao processo de desenvolvimento. É preciso haver um acordo social e isso ser integrado ao processo de gerenciamento geral da cidade, como zoneamento, leis de mananciais etc. O gerenciamento urbano deve planejar a ocupação da cidade, planejar o crescimento, mas, dentro disso, deve estar integrada a ideia de que algumas áreas precisam manter as suas características originais para preservar a história, obras de arte ou o meio ambiente. Acredito que isso é possível.

Urbs: Existem algumas atividades, mesmo em edifícios tombados, que seriam mais ou menos adequadas àquele tipo de imóvel. Há alguma norma que regule essas atividades adequando-as ao tipo de imóvel?

Calil: Uma das coisas mais terríveis que existem no Brasil é a ideia de que em qualquer prédio velho deve ser instalado um centro cultural. Ora, nós sabemos que um centro cultural não se faz em qualquer prédio velho. Não por “culpa” do prédio, mas porque um centro cultural exige

“ Uma das coisas mais terríveis que existem no Brasil é a ideia de que em qualquer prédio velho se deve ser instalado um centro cultural. ”

Carlos Augusto Calil

Calil: Um exemplo: o Centro Cultural do Banco do Brasil do Rio de Janeiro é ótimo e o de São Paulo é péssimo. O Centro Cultural do Banco do Brasil em São Paulo não funciona apesar do ótimo programa. Isso ocorre porque o prédio de São Paulo não se presta a estas atividades.

Urbs: O tombamento é uma medida destinada a preservar os imóveis de valor histórico, arquitetônico ou cultural, mas muitos prédios tombados encontram-se abandonados...

Walter: Associar tombamento a abandono ou a uma má qualificação do edifício é um equívoco. Existem prédios tombados bem conservados, muitos mantendo a sua utilização original. Outros foram adaptados para novas utilizações e estão funcionando bem assim. Nós temos, na área central, muitos edifícios residenciais, principalmente, tombados e funcionando muito bem. Talvez a maioria das pessoas nem saiba que esses edifícios são tombados. O processo de tombamento tem dois aspectos: um é o reconhecimento de valor, o instrumento que o poder público tem à sua disposição para estabelecer que determinados bens têm valor – seja arquitetônico, urbanístico, afetivo... – para a sociedade. O segundo aspecto é que para que esses bens sejam preservados é necessário observar-se determinadas regras que impedem que estes bens sejam destruídos ou descaracterizados. O tombamento também precisa gerar ganho para o proprietário por meio de isenções de impostos decididas caso a caso de acordo com a utilização do imóvel, valor do terreno etc.

Calil: O tombamento, com a preservação de características históricas ou ambientais de uma área, precisa gerar valorização também para a região. O tombamento precisa se transformar em um valor econômico, sem isso, ele será visto como um ônus para o proprietário, para bairro etc. Em torno de bens tombados, podem criar-se empreendimentos imobiliários com valor agregado.



Foto: Ayrton Vignola/Folha Imagem

Centro Cultural Banco do Brasil, em São Paulo: uso inadequado?

características arquitetônicas muito específicas. Não é qualquer prédio velho, por mais nobre que ele tenha sido, que pode abrigar um centro cultural. E, assim, a cultura vira uma vala comum. Tudo vira cultural. E esse não é o caminho.

Urbs: E como definir qual a melhor utilização?

Calil: Nós podemos afirmar que cada prédio tem a sua vocação. O prédio fala – no sentido de que a arquitetura diz alguma coisa. Você precisa ouvir isso e perceber o que “cabe” naquele espaço. Mas hoje não se faz isso. Se tivermos um galpão, é centro cultural; se tivermos uma agência de banco, é centro cultural; se tivermos um prédio da alfândega, é centro cultural...

Walter: Em algumas situações é possível instalarem-se centros culturais em edifícios antigos, mas isso não é uma regra. Esse é o problema. Quando isso vira regra, a cultura passa a ser um grande balaio, uma atividade adaptável a qualquer situação física. E isso não é verdade.

“ Até hoje, a preservação e o tombamento têm sido identificados como imobilismo e com a ideia de ônus para o proprietário. É preciso pensar em reverter esse jogo...”

Carlos Augusto Calil



Foto: Daniel Kfourri/Folha Imagem

Urbs: E o conceito de área envoltória? Ele não dificulta o surgimento desses empreendimentos com valor agregado próximos aos bens tombados? Como é calculada essa área?

Walter: As áreas envoltórias foram criadas em certo momento da evolução do sistema de preservação, quando se passou a acreditar que era importante preservar não apenas um edifício ou um monumento, mas também o tecido urbano próximo, uma vez que ele também faz parte da história desse edifício ou monumento. Por isso, a vizinhança imediata desses bens tombados passou a seguir regras específicas de ocupação. A Igreja de Santo Antônio, na Praça do Patriarca, tem, ao seu lado, o edifício do Othon Palace, com quatro ou cinco vezes a sua altura. Hoje, seria uma contradição você aprovar um edifício como aquele naquele lugar porque o conceito de área envoltória objetiva preservar a ambientação do bem tombado. O DPH vem, já algum tempo, procurando regulamentar essas áreas envoltórias para evitar dúvidas e deixar claro para quem compra um terreno ao lado

de um bem tombado o que ele pode fazer naquele lugar. Um exemplo de regulamentação de área envoltória é o trabalho desenvolvido no parque da Aclimação. Foram estabelecidas regras para construção no entorno do parque para que ele não sofresse com a crescente verticalização da região.

Urbs: A área envoltória é padrão para qualquer bem tombado?

Calil: Não. A delimitação da área envoltória depende de vários fatores, entre os quais se destaca, por exemplo, a topografia da área ou a própria insolação do local.

Walter: Há casos em que a área envoltória fica restrita ao próprio lote ocupado pelo bem tombado, uma vez que a área do entorno já perdeu a configuração original. É o caso da Igreja de Santo Antônio, na Praça do Patriarca.

Urbs: Há muita reclamação em relação ao processo burocrático para a liberação de uso de imóveis tombados.

Existe algum projeto para permitir que esse processo seja mais rápido?

Walter: Não fazemos a liberação de uso. O que analisamos são intervenções físicas como novas construções, demolições etc. O que tem sido feito é um esforço muito grande para tornar esse processo sempre mais ágil e disseminar as informações com muita clareza. Hoje qualquer cidadão pode, da sua casa, saber, por meio da internet, se o seu imóvel é tombado ou está em uma área envoltória. Estamos estudando também, junto com outras áreas da Prefeitura, adotar mecanismos eletrônicos para agilizar o processo de aprovação das intervenções.

Urbs: Muitos arquitetos e urbanistas afirmam que essas regras acabam tornando São Paulo uma cidade de pouco adensamento em relação a outras cidades globais. Os senhores concordam com isso?

Calil: Dependendo da região, encontramos áreas mais ou menos densas. No centro, particularmente, existem muitos bolsões que devem ser revitalizados e essa revitalização pressupõe trazer moradias para essas áreas. Porém, eu não diria que a existência destes bolsões sejam consequência do processo de preservação.

Walter: Nas áreas que já estão consolidadas, como o Centro, o bairro de Higienópolis, Santa Cecília, é possível fazer-se redesenhos urbanos muito pontuais que qualifiquem aquela área e possam até permitir um maior adensamento. Por outro lado, porém, é preciso notar que o chamado Centro Velho já estava constituído no século XIX. Tudo o que está construído hoje seguiu o zoneamento anterior e está acima do que seria permitido hoje. Bem, é claro que zoneamento é um conjunto de regras que podem ser mudadas, mas o Centro Velho, onde estamos agora, já tem limites muito claros de conjuntos, bens reformados etc.

Foto: Daniel Crescente



“ Para conciliar preservação e desenvolvimento é necessário haver um ajuste integrando aquilo que precisa ser protegido ao processo de desenvolvimento. ”

Walter Pires

Vila Itororó o fim de uma novela

Há mais de 30 anos que a incomum arquitetura da Vila Itororó serve de palco para uma disputa entre o poder público e a comunidade local. Essa trama sem mocinho e vilão finalmente parece estar chegando às suas últimas semanas, mas ainda não se sabe como será o capítulo final

Do parapeito de um prédio na Rua Martiniano de Carvalho, a feição severa das carrancas da Vila Itororó contemplam a paisagem de uma tarde de sábado. Gatos e cachorros jogados pelo chão enquanto cochilam ao calor do sol, crianças brincando e correndo pelo pátio central, os vizinhos reunidos na porta de casa batendo papo animadamente, num sofá de dois lugares que funciona como um banco para a vila, uma garota adolescente repousa a cabeça sobre o colo da mãe, que lhe escova os cabelos. Um dia de descanso como qualquer outro para os moradores da comunidade da Vila Itororó. É bem provável também que seja um dos últimos dias antes de seu despejo.

A presença deste grupo de moradores na Vila Itororó está com os dias contados. Este é o desfecho de uma longa disputa judicial que a cidade acompanha há mais de 30 anos, quando as autoridades municipais e estaduais anunciaram pela primeira vez que aquele conjunto arquitetônico tinha valor histórico e deveria ser protegido.

A Vila Itororó foi construída pelo português Francisco de Castro nos anos 20. Basicamente, é constituída por um palacete, onde o próprio Castro passou a viver, e um conjunto de quase 40 casas menores unidas por um pátio central. A vila foi erguida no bairro da Bela Vista, num

quadrilátero cercado pelas Ruas Martiniano de Carvalho, Monsenhor Passalacqua, Maestro Cardim e Pedroso. A ideia de Castro era viver da renda proveniente do aluguel das casas da vila.

Após a morte do português nos anos 50, a Vila Itororó foi doada à Instituição Beneficente Augusto de Oliveira Camargo, de Indaiatuba, que passou a se beneficiar da locação dos imóveis. Com o passar dos anos, as habitações foram sendo subdivididas pelos moradores de baixa renda, que se amontoaram em cubículos cada vez mais apertados. Assim, a Vila Itororó, o sonho burguês de Francisco de Castro, se transformou num cortiço. Algum tempo depois do tombamento, a manutenção dos imóveis foi abandonada e, posteriormente, também a cobrança de aluguéis, o que acelerou ainda mais o processo de degradação.

Sabe-se que alguns prédios do conjunto chegaram a ser demolidos e os próprios moradores se encarregaram de erguer outras construções clandestinamente. Além disso, o tempo ajudou a deteriorar os acabamentos e a até estrutura de algumas unidades. O poder público entendeu que a ocupação daqueles moradores representava uma ameaça para a existência da Vila Itororó e pediu na Justiça a posse do conjunto com a promessa de transformá-lo num centro cultural para a cidade.

Foto: Bruno Miranda/Folha Imagem



Detalhe da ornamentação do palacete

A partir de então, quem passou a se sentir ameaçado foram os próprios moradores. “Eu não quero acreditar que o patrimônio histórico pode valer mais do que o patrimônio humano”, disse Antonia Candido, representante da

O palacete: principal construção da Vila



Vista da Vila do lado da Avenida Vinte e Três de Maio



O grafitti é usado para decorar fachadas das habitações do pátio interno



Fotos: Daniel Crescente

comunidade e coordenadora da Associação de Moradores e Amigos do Pólo Cultural e Residencial Vila Itororó, a Amavila. “Não tem sentido tirar mais moradores da região central. No que eles querem transformar a Vila Itororó? Numa Sala São Paulo?”

A solução ideal, do ponto de vista dos moradores, seria transformar a Vila Itororó numa espécie de Pelourinho paulistano. O poder público cuidaria da restauração e da preservação dos imóveis e os moradores continuariam habitando o local. A vertente cultural da vila ficaria por conta dos próprios moradores, que organizam eventos para a comunidade periodicamente. “Nós podemos fazer uma parceria que uniria as famílias e o poder público. Moradia e cultura. Não existe a necessidade de se fazer essa higienização”, sugere Antonia.

A bandeira de resistência erguida pelos moradores atraiu a simpatia de muita gente, como estudantes de arquitetura e urbanismo do Mackenzie, que se ofereceram para desenvolver um projeto para o local que contemplasse a presença das famílias na Vila Itororó. Outro grupo importante que abraçou a causa foi o Serviço de Assessoria Jurídica da USP (Saju), que aceitou representar os interesses da Amavila. Foi deles a tentativa de garantir a permanência dos moradores na vila com base num pedido declaratório de Usucapião Especial Urbano. A iniciativa fracassou, no entanto, quando a liminar que impediria a desapropriação foi negada pela Justiça.

Em disputas como essa, quase nunca se encontra uma solução que agrade inteiramente os dois lados, mas tanto a prefeitura como os moradores parecem inclinados a fazer algumas concessões, o que representa um passo importante para a busca de uma solução razoável. A última movimentação do município foi aprovar uma bolsa-aluguel de R\$ 300 para os moradores por um período de um ano. Depois desse período, as famílias poderiam financiar sua moradia em condições subsidiadas num edifício que está sendo reformado a três quadras da Vila Itororó. A princípio, Antonia parece desaproveitar a oferta. “Nossa dignidade não tem preço”, esbravejou ela. Por outro lado, Antonia sinaliza que estaria disposta a negociar. “Quem é que consegue alugar um imóvel aqui na região com R\$ 300? Além disso, nós sabemos que esse prédio já foi oferecido para outras famílias”. (Adilson Fuzo)



Carrancas...



... sofá no final da rua...



... uma piscina desativada que, acredita-se, foi a primeira de São Paulo. Abaixo, a rua interna da Vila





Restauração do Edifício Casa das Arcadas: uma contribuição da FAAP à revitalização do centro de São Paulo.

Situado no coração do centro velho de São Paulo, na esquina com a Rua Quintino Bocaiuva e a Rua Benjamim Constant, o edifício Casa das Arcadas, cuja fachada remete ao estilo neoclássico, de propriedade da Fundação Armando Álvares Penteado – FAAP, ganhou vida e projeção novamente. Um projeto de restauro recuperou a tipologia arquitetônica, os elementos estilísticos e a ornamentação da fachada do edifício construído na década de 1920. O resultado do trabalho desenvolvido foi evidenciado por um sistema de iluminação especial que valoriza suas formas e estruturas.

Um outro exemplo de contribuição da instituição com a revitalização do centro e com a disseminação da cultura é o Edifício Lutetia, localizado na Praça do Patriarca. Totalmente restaurado, abriga o Museu de Arte Brasileira - Centro, a Residência Artística FAAP (que recebe artistas brasileiros e estrangeiros) e estúdios para o desenvolvimento de projetos artísticos.



Edifício Lutetia

FAAP
Desde 1947

www.faap.br

A deterioração em torno das instalações do antigo Moinho Central, também conhecido como Moinho Fluminense, no Bom Retiro



Fotos: Douglas Nascimento

Caçadores da memória paulistana

Inspirados em Militão e Becherini, uma dupla de jovens começou a fotografar imóveis antigos ameaçados de demolição em São Paulo. Pouco tempo depois, o que começou despretensiosamente como um *hobbie* acabou se transformando num núcleo que busca preservar a memória de uma cidade que está desaparecendo

Armados até os dentes com gravadores e máquinas fotográficas, Douglas Nascimento e Glaucia Garcia de Carvalho percorrem as ruas da cidade com os olhos grudados na fachada das construções. Assim como o caçador que mergulha na mata fechada para capturar sua presa, a dupla de amigos persegue imóveis antigos de esquina em esquina, na tentativa de conquistar mais uma peça para sua coleção.

O incomum *hobbie* de Glaucia e Douglas surgiu a partir da ideia lançada pelo *site* Lisboa Abandonada, que reunia imagens dos prédios históricos da capital lusitana que estavam sob ameaça de demolição. Inspirados pela iniciativa dos portugueses e pelas obras de fotógrafos como Militão Augusto de Azevedo e Aurélio Becherini, eles resolveram criar o *site* São Paulo Abandonada (saopauloabandonada.com.br).

“O que a gente quer é preservar a cidade. Se não podemos conservar todas as casas, porque isso é impossível, queremos ao menos ter a chance de guardá-las em imagens”, explica Douglas, salientando que ele e Glaucia não se limitam a fotografar os imóveis antigos que encontram, mas também se incumbem de pesquisar o histórico da construção. Esse

trabalho é feito com os moradores dos imóveis vizinhos e, posteriormente, confirmado através dos depoimentos dos internautas do *site*. “Eu não costumo confiar muito no depoimento de uma só pessoa. Não que eu acredite que alguém vá mentir para mim, mas acontece que às vezes somos traídos pela memória. Por isso, eu tento checar a informação com várias pessoas sempre que possível”.

O feliz encontro das habilidades de historiadora, de Glaucia, e de fotógrafo e jornalista, de Douglas, deram a química perfeita para o sucesso do projeto. Com o crescimento do acervo, o São Paulo Abandonada tornou-se popular em pouco tempo. Bastaram alguns meses de atualizações para que o *site* passasse a receber várias “denúncias” semanais de imóveis antigos aparentemente desprezados por seus proprietários. O projeto de Douglas e Glaucia ia tão bem que o *site* acabou se desmembrando em outra iniciativa complementar: o São Paulo Restaurada (saopaulorestaurada.com.br) – um portal noticioso que trata essencialmente da preservação do patrimônio histórico. Neste *site*, eles contam com a participação de um terceiro colaborador, o *designer* e professor de comunicação visual Francisco Folco.



Imóvel repleto de detalhes arquitetônicos que não são encontrados em nenhum outro prédio da região
(Rua Santo Amaro, nº 47 – República)



Com as marcas do tempo e das reformas mal feitas, este casarão resiste em pé aguardando pelo seu destino
(Rua Brigadeiro Luis Antônio, 1308 – Bela Vista)

1
Fotos: Douglas Nascimento

Garimpagem

Em meio a tanto trabalho extra que surgiu por conta da criação do *site*, a parte boa é a atividade de garimpagem da metrópole que lhes permite, muitas vezes, interessantes surpresas, como o edifício que abrigou o tradicional Cine Recreio, na Rua Engenheiro Fox, na Lapa, e que depois se transformou num salão de dança e, posteriormente, num estacionamento. Também impressionam alguns edifícios imponentes que funcionaram como grandes indústrias e agora estão vazios, como o da Companhia Nacional dos Tecidos, do Cottonício Paulista, da Antártica Paulista, do Moinho Central e do Leite União.

O ponto forte do acervo são os prédios residenciais, na maioria dos casos, sobrados e casarões do início do século XX. Mas o que chama mais a atenção é o caso de alguns monumentos que foram encontrados em péssimo estado de preservação. Foi o que aconteceu com a Fonte Monumental da Praça Júlio Prestes, que estava totalmente tomada pela sujeira quando foi flagrada por Douglas e Glaucia. Mais lamentável ainda é o caso do Monumento ao Povo Armênio, que teve todos os seus detalhes decorativos levados por saqueadores.

Nesse trabalho de formiguinha de documentar a velha São Paulo, a agilidade pode fazer a diferença entre ter ou não ter uma foto. Já aconteceu, por exemplo, de um prédio ter sido demolido menos de cinco dias depois que foi descoberto pelo São Paulo Abandonada. “Os prédios são derrubados de um dia para outro, quando a gente menos espera. Durante o Carnaval deste ano, por exemplo, demoliram três grandes casarões”, lamenta Glaucia.

Em menos de um ano, o São Paulo Abandonada já registrou mais de 130 edificações antigas. Se é assustador saber que uma parte significativa delas já desapareceu num espaço tão curto de tempo, pelo menos, resta a ideia de que essas construções continuam existindo na memória da cidade. (Adilson Fuzo)



2



3



4

1. *Pórtico das instalações da antiga Leite União (Rua Rio Bonito – Brás)*
2. *O antigo teatro Zaccaro é mais um prestigiado ponto da cidade que hoje se encontra abandonado (Rua Rui Barbosa, 266 – Bela Vista)*
3. *Mesmo estando numa região privilegiada da cidade, a Fonte Monumental foi encontrada no meio de muita sujeira em abril deste ano (Praça Júlio Mesquita – Centro)*
4. *Exemplar de sobrados geminados que podem ser demolidos para a construção de uma igreja (Rua Júlio Cesar da Silva, nº 107 – Belenzinho)*



Fachada principal da Biblioteca
Pública de Nova York

Jóia americana

A ousada proposta de restauração da Biblioteca Pública de Nova York mesclou elementos contemporâneos e do início do século passado, dando um bom exemplo de como os americanos encaram a questão da preservação

*Por Guilherme Leme**

Em 1982 o principal edifício da Biblioteca Pública de Nova York, localizado na Quinta Avenida, chegou a um ponto crítico e precisava de soluções para uma série de problemas. O prédio original, erguido em 1911 pelo escritório Carrère and Hastings em estilo “Beaux-Arts”, começava a mostrar sinais do tempo: instalações estavam deterioradas, áreas nobres estavam subutilizados e fechadas ao público, coleções importantes eram alojadas em

edifícios anexos e não havia equipamentos adequados para pesquisa.

O escritório Davis Brody Bond Aedas foi então contratado para elaborar um plano piloto em que previa uma série de intervenções faseadas, incluindo projetos de restauro, readequação e expansão com estruturas novas, em um processo que durou mais de duas décadas.

Fotos: ©Peter Aaron / ESTO



Entrada da South Court



Pavimento inferior da South Court, onde é possível visualizar a fundação original da biblioteca

Uma das mais interessantes áreas restauradas e readaptadas foi o chamado *Rose Main Reading Room*, a principal sala de leitura da biblioteca, com um dos maiores vãos livres dos Estados Unidos. Além da restauração de piso, forro e paredes com pinturas e elementos históricos, foi realizada também uma renovação das instalações, adaptando a sala ao uso do computador e às mais novas tecnologias, com mínimo impacto nos móveis originais.

Para que o crescente acervo não fosse obrigatoriamente deslocado para outro prédio – o que dificultaria o acesso aos livros – foi projetada uma área de 11.600 m² com dois andares em subsolo e capacidade para 3,5 milhões de volumes com

conexão direta aos acervos atuais. Construída sob o *Bryant Park*, uma grande área pública gramada que faz divisa com os fundos da biblioteca, esse novo espaço subterrâneo permitiu que o precioso acervo ficasse em um local com níveis de temperatura e umidade rigorosamente controlados e afastados da poluição da cidade. Após o término das obras no subsolo, o parque foi remodelado com mais aberturas para receber um número maior de pessoas e atividades e é hoje um dos espaços públicos mais ativos de Manhattan, abrigando eventos como o *New York Fashion Week* e o *New York Summer Festival*, com projeções de filme ao ar livre.

O projeto mais “visível” de ampliação da instituição, no entanto, foi o chamado *South Court*. Sendo a primeira adição permanente à biblioteca desde sua inauguração, esse prédio, concluído em 2002, abriga áreas administrativas e *lounge* para funcionários, além de um auditório com 186 lugares e um centro educacional aberto ao público.

Assim como a Estação Júlio Prestes, em São Paulo, que fez uso de um pátio interno para abrigar uma sala de concertos,



Foto: Davis Brody Bond Aedas

Bryant Park, nos fundos da biblioteca



Rose Main Reading Room, o principal salão de leitura da biblioteca, totalmente restaurado

o *South Court* foi implantado em um dos dois pátios internos do prédio existente, que nos primeiros anos da biblioteca era utilizado como área de embarque e desembarque de carruagens. A nova construção deveria preservar a fachada tombada do edifício histórico e não poderia ser vista da rua.

Com o extenso programa de 4.000 m² distribuídos em seis pisos, os arquitetos propuseram a escavação de dois pavimentos abaixo do térreo mais um pavimento e meio abaixo do nível da fundação do antigo prédio. Para garantir a estabilidade do conjunto, peças estruturais tiveram que ser dispostas abaixo da fundação existente. Outro desafio técnico do projeto foi permitir a continuação das atividades da biblioteca durante a execução das obras. Guindastes foram utilizados para trazer as peças maiores, como pilares e vigas metálicas, sobre a cobertura do prédio até o pátio interno.

Sendo uma inserção moderna em um volume antigo, a nova estrutura apresenta um nível de detalhamento comparável ao da estrutura original, porém sem replicar seus detalhes. O *South Court* toca a fachada original de maneira cuidadosa, fazendo apenas as conexões extremamente necessárias entre os dois volumes. O pequeno recuo entre as duas construções é utilizado para entrada de iluminação zenital, e a fachada do antigo prédio, assim como sua fundação, é totalmente revelada ao público. A clarabóia na cobertura do

edifício e o uso extensivo de vidro em outros pontos tentam explorar ao máximo a idéia de translucidez que, a pedido da direção da biblioteca, ajuda a marcar a noção de uma instituição transparente e moderna.

* **Guilherme Leme** é arquiteto. Foi colaborador do escritório Paulo Bruna Arquitetos Associados por três anos. Trabalhou no escritório novaiorquino da Davis Brody Bond Aedas em 2007 e 2008, onde participou, dentre outros trabalhos, do projeto do World Trade Center Memorial and Museum, que está sendo erguido no local das torres gêmeas destruídas nos atentados de 2001. Atualmente atua na filial brasileira do mesmo escritório.



Corte da South Court, inserida dentro do volume da biblioteca

Arte, Cidade, Museu e Patrimônio

Dentro do universo do patrimônio cultural de uma sociedade as artes visuais são uma das partes mais significativas, não só por legar um conjunto de objetos importantes, mas também por atuar como o registro dos múltiplos olhares e criatividade humana no tempo e no espaço.

Especificamente dentro das grandes cidades a arte passa a assumir na contemporaneidade uma relação cada vez mais de proximidade com o público, a exemplo dos grafites e intervenções artísticas. Estas propostas, que passam a fazer parte do cotidiano das pessoas, encontram suas origens nas obras públicas espalhadas pelo traçado urbano.

Na cidade de São Paulo, assim como em outras metrópoles, uma vasta produção artística, constituída por monumentos e esculturas foi produzida e implantada ao longo do século XX em locais como praças e parques; tais obras além de evocarem diversos significados e personalidades formam o acervo de uma história que é parte do imaginário paulistano e brasileiro.

Como parte do patrimônio cultural essas obras servem de elo entre o passado e o presente, atuando como documentos de um dado momento e de sua memória através de representações, homenagens e celebrações.

Aos autores destas obras, além dos nomes mais conhecidos como Victor Brecheret, Julio Guerra e Galileo Emendabili, somam-se diversos outros esquecidos pela historiografia recente como é o caso do escultor Luis Morrone.

Criador do Brasão da cidade de São Paulo, Luís Morrone (São Paulo, 1906-1998), de descendência italiana, fez seus primeiros estudos no ateliê do escultor italiano Cantarella, estudando ainda no Liceu de Artes e Ofícios, e com Ettore Ximenes autor do Monumento à Independência.

Em suas esculturas, é no campo dos retratos que reside sua maior técnica, sendo autor de grande quantidade de obras, como bustos e hermas. Dentre elas destacamos os bustos de Bernardino de Campos, Guilherme de Almeida e Ado-

*Pedro Álvares Cabral.
Acervo do Museu Belas
Artes de São Paulo*

niran Barbosa. Quanto aos monumentos destacamos as obras a Cristóvão Colombo, a Manuel da Nóbrega e ao Infante D. Henrique só para citar alguns, possuindo também obras realizadas para governos e instituições de outros países.

Como um dos artistas mais procurados para a realização de obras públicas, Luís Morrone também foi autor da escultura Pedro Álvares Cabral instalada no Parque do Ibirapuera. Esta escultura faz parte do monumento ao navegador português que chegou ao Brasil em 1500, uma homenagem realizada por iniciativa da comunidade portuguesa com o objetivo de iniciar as comemorações dos “500 anos do descobrimento”.

O monumento, em bronze e mármore, foi inaugurado em 10 de junho de 1988; tem cinco metros de altura e foi projetado pelo arquiteto Agostinho Vidal da Rocha. O estudo para a escultura final em bronze foi realizado por Morrone no ano de 1986, em gesso e em escala bem mais reduzida: 60 x 42 x 36 cm.

Esta peça em gesso é hoje obra integrante do acervo do Museu Belas Artes de São Paulo – muBA – e representa, como documento e testemunho, a escultura em bronze como também preserva sua história e a do artista.

Para o museu, nesse sentido, patrimônio e preservação, além de estarem bastante ligados, são suas preocupações, pois é preservando a cultura material que mantemos viva a história. As informações que os objetos possuem ao comunicarem uma realidade passam a transmitir valores à sociedade, sendo considerados a partir daí, em sua relevância, um patrimônio cultural. Salvaguardando o patrimônio cultural, o museu passa a construir a memória, a identificação e o reconhecimento de uma comunidade.

Como documentos e objetos, os monumentos são recortes de relações espaço-tempo e carregam consigo mensagens, símbolos e ideologias. Em geral associados ao passado, comemoram grandes feitos ou perpetuam a recordação de uma pessoa de reconhecida importância, pontos em que se poderia aproximá-los de uma ideia antiquada de museu. Porém, mais que manter relações próximas, monumento e museu reiteram o mesmo objetivo de manter presente uma memória retida em forma material, constituindo-se assim numa espécie de portal entre passado e futuro.

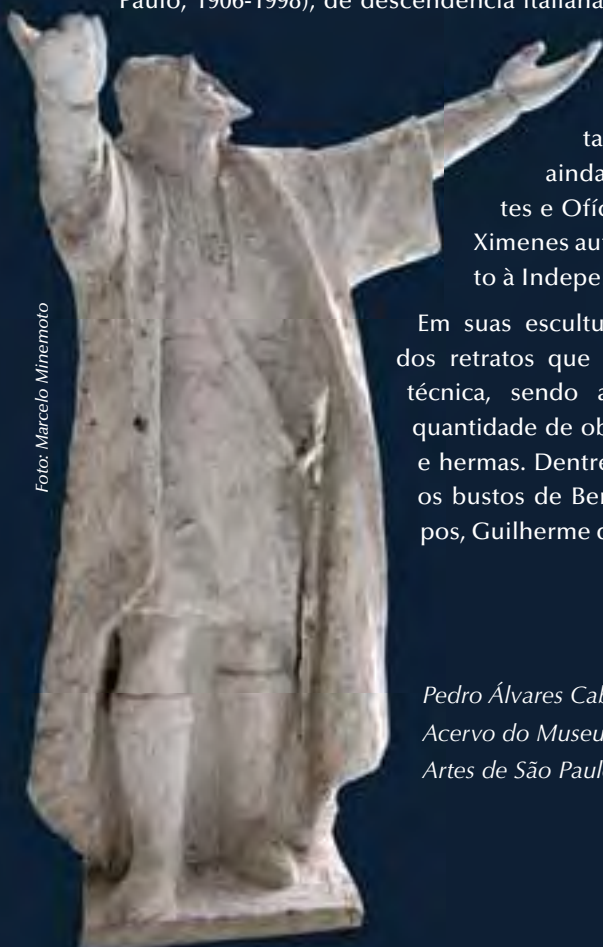
Se cabe aos artistas os registros dessa memória, cabe aos museus assegurar a integridade da obra. E desta forma, o muBA, ao tirar do esquecimento o escultor Luís Morrone, busca uma reatualização das relações entre arte, cidade, museu e patrimônio.

Artigo de:

Débora Gigli Buonano, conservadora do Museu Belas Artes de São Paulo (muBA) e docente do Centro Universitário Belas Artes de São Paulo

William Keri, pesquisador e assistente do Museu Belas Artes de São Paulo (muBA)

O Museu Belas Artes de São Paulo (muBA) é vinculado ao Centro Universitário Belas Artes de São Paulo pela mesma mantenedora.



**BELAS
ARTES**

ENSINO
COM PERSONALIDADE

WWW.BELASARTES.BR

Toda ideia
precisa de
Cuidados.

O que você tem
feito com as suas?



MELHORES UNIVERSIDADES 2009	
Arquitetura e Urbanismo	★★★★
Artes Visuais	★★★★
Design de Interiores	★★★★
Design de Moda	★★★★
Design Gráfico	★★★★
Design de Produto	★★★★
Publicidade e Propaganda	★★★★
Relações Internacionais	★★★★

Todos os cursos do Centro
Universitário Belas Artes de
São Paulo são certificados
com estrelas no Melhores
Universidades – Guia do
Estudante 2009.

GRADUAÇÃO • PÓS-GRADUAÇÃO • CURSOS LIVRES

PROCESSO SELETIVO 2010

www.belasartes.br • 0800 772 5010



bibliotecas
certificadas
ISO 9001:2000
desde 2004



ENSINO COM PERSONALIDADE

Uma cidade e



dois olhares



“A fotografia é um comentário daquilo que se está vendo, com a sua própria linguagem”, diz Cristiano Mascaro com a autoridade de quem se formou em arquitetura nos primeiros tempos da FAUUSP, conviveu com mestres como Vilanova Artigas, Benedito de Toledo e Roberto Coelho Cardoso, entre outros, e se tornou um dos mais respeitados fotógrafos do país.

Nas imagens que enviou para esse artigo da Urbs, Cristiano Mascaro documenta o patrimônio histórico da cidade com olhar do fotógrafo, que privilegia a beleza da imagem, sem deixar de lado a visão do arquiteto, que procura ângulos e enquadramentos exatos para retratar as soluções construtivas encontradas.

Igreja Santa Efigênia



Estação Júlio Prestes



Mercado Municipal



*Faculdade de Direito do
Largo São Francisco*

Estação da Luz





Caixa Econômica Federal



Catedral da Sé

Viaduto do Chá



Prédio Martinelli





Centro Cultural Banco do Brasil

O CENTRO É A MARCA DA CIDADE.
COLOQUE TAMBÉM A SUA MARCA NO CENTRO.



Principais Patrocinadores



MACHADO, MEYER,
SENDACZ E OPICE
ADVOGADOS





No mundo inteiro, o centro confere identidade e marca às metrópoles.

Com o apoio de importantes empresas e organizações da sociedade civil, a Associação Viva o Centro vem colaborando com os poderes públicos na recuperação e na requalificação do Centro de São Paulo.

Coloque também a marca de sua organização nessa história de sucesso.

Associe-se à Viva o Centro.



Viva o Centro
São Paulo

Rua Libero Badaró, 425
4º andar – Centro – São Paulo/SP
CEP 01009-000

Fone: (11) 3556-8999

www.vivaocentro.org.br

GRANADEIRO  GUIMARÃES
Desde 1893 *Advogados*

UNIESP

SONIA MARQUES
DÖBLER Advogados

 universidade
**anhemi
morumbi**
Laureate International Universities
Mundialmente criativa e inovadora

Apoio Operacional

100%
DESIGN



PINHEIRO NETO ADVOGADOS

PRICEWATERHOUSECOOPERS 

 **AASP**
Associação dos Advogados
de São Paulo



 SINDICATO DE
HOTÉIS,
RESTAURANTES,
BARES E SIMILARES
DE SÃO PAULO

 **UnG**
Sua Universidade. Sua Carreira.
0800 15 88 22 | www.ung.br



São Paulo, da vila à metrópole

SÃO PAULO - VILA, CIDADE, METRÓPOLE
de Nestor Goulart Reis

*Edição comemorativa dos 450 anos da cidade,
2004, 260 págs.*

Por Domingos Crescente

É impossível abrir uma resenha do belo livro “São Paulo: Vila, Cidade, Metrópole” sem um elogio e um lamento. A obra foi distribuída pela Prefeitura a bibliotecas e centros de pesquisa, mas apenas 300 exemplares foram colocados à venda, impedindo que muitas pessoas pudessem passear pela história arquitetônica e urbanística de São Paulo pelas mãos do pesquisador, professor catedrático da Universidade de São Paulo e autor desta obra, Nestor Goulart Reis.

Mas por que a Urbs faz a resenha de um livro que dificilmente poderá ser encontrado à venda? A pergunta é bastante pertinente e a resposta fácil. Porque, em uma edição sobre o patrimônio histórico, parece ser de fundamental importância lembrar a evolução urbanística da cidade a partir de um livro que é um referencial para quem procura conhecer a antiga São Paulo em seus mínimos detalhes. Com mais de 100 ilustrações dos séculos XVI ao XIX, 38 plantas e mapas da cidade, 20 croquis e esquemas explicativos e mais de 120 fotografias, o livro de Nestor Goulart Reis nos dá essa oportunidade de um modo muito especial: descrevendo a aparência e as características da arquitetura e das ruas da cidade, sem deixar de identificar as razões que levaram à

construção de seus espaços públicos e privados. Como diz Goulart Reis, não só as razões dos poderosos, mas também as razões da vida cotidiana das pessoas comuns.

O livro, lançado em 2004 como homenagem aos 450 anos da cidade, começa descrevendo o período em que a Vila de São Paulo começou a ser construída entre os anos de 1554 e 1600. Com apuro estilístico e sólidas referências históricas, o professor Goulart Reis descreve, nesta primeira parte do livro, os objetivos de três grupos distintos envolvidos no desenvolvimento da Vila: o governo português, voltado para o domínio da região e dos caminhos que levavam ao interior; os jesuítas, interessados na conquista dos indígenas pela fé e pela ação intelectual; e os povoadores, voltados para a conquista das riquezas, escravização de indígenas e conquista de terras.

A localização dos muros que definiam o perímetro da vila, com suas primeiras ruas e praças, é apresentada por Goulart Reis a partir de algumas referências fundamentais naquela época, como os caminhos de acesso à povoação e fontes de água potável, além do fluxo das águas da chuva.

Nos primeiros anos após a fundação, o principal caminho para chegar e sair da vila era o caminho do Tabatinguera, que cruzava o Tamanduateí e levava em direção a Santos e São Vicente, os pontos de partida dos navios para a Europa. Goulart Reis cita a existência de outro caminho importante, que seguia pela atual Rua XV de Novembro e descia pela Ladeira Porto Geral, que ainda mantém esse nome. A ladeira dava acesso ao porto da vila, chamado de Porto Geral. Além destes dois acessos, figura no livro mais um eixo que partia do futuro largo da Sé e seguia pelas atuais Ruas Direita e José Bonifácio em direção a Pinheiros. O autor diz que já nessa época poderia haver outro eixo que seguiria por onde hoje é a Avenida da Liberdade, em direção a Santo Amaro.

As águas da chuva, perigosas para as construções da época, em taipa, também foram um fator decisivo na definição do local da vila, segundo Goulart Reis. Estas corriam ao lado dos muros partindo da parte mais alta do terreno, aproximadamente onde hoje está a Praça João Mendes, buscando as bordas da colina e, depois, o curso do Tamanduateí. Ou seja: esse fluxo natural das águas pluviais passava por fora dos muros da vila e com o tempo formaram sulcos que dariam origem a muitas ruas do centro histórico de São Paulo, como as Ruas Quintino Bocaiúva, as ruas laterais da Catedral da Sé e a Rua do Carmo, entre outras.

O Beco do Colégio – localizado no início da Rua Roberto Simonsen, ao lado da casa que muitos anos mais tarde iria pertencer à Marquesa de Santos – existe ainda hoje e “é o último vestígio, íntegro, do urbanismo dos tempos da fundação de São Paulo”, como diz o autor. Esse beco ligava o Pátio do Colégio ao Tamanduateí e era utilizado pelos moradores para o acesso ao rio, onde lavavam roupas e pegavam água.

As dimensões iniciais da vila eram bastante modestas na visão de Goulart Reis. Para ele, a vila teria algumas ruas e duas praças, em uma área de aproximadamente 250 metros de largura por 300 de comprimento. Ou seja, bem menor do que o tamanho apontado por alguns historiadores que afirmavam estar a vila delimitada pelo triângulo formado pelas atuais igrejas de São Bento, do Carmo e São Francisco.

Surge a cidade

Baseado em dois preciosos desenhos, cujos originais encontram-se na Real Academia de História, em Madri, o autor define a área ocupada pela vila ao final do século XVI e toma isso como ponto de partida para uma investigação a respeito de como a vila cresceu e para imaginar como ela seria em 1711, quando se tornou uma cidade.

O primeiro desenho retrata as vilas da Capitania de São Vicente, mas o segundo é bem mais preciso, mostrando o Pátio do Colégio, o largo da Matriz (depois Praça da Sé), as casas ao redor destes espaços, três igrejas (a Matriz, ainda em construção, a igreja dos Jesuítas e a igreja do Carmo) e duas ermidas (a de Santo Antonio e de São Bento, atual mosteiro de São Bento).

Goulart Reis mostra que durante os anos seiscentos, a vila se expandiu para além dos seus muros e de uma forma mais organizada, provavelmente devido a presença do governador D. Francisco de Souza, que se instalara na vila com o firme propósito de explorar as riquezas da região.

“Quando observamos as plantas mais antigas de São Paulo, de 1760/80, de 1800 e de 1810, podemos constatar que, a partir do núcleo inicial, que havia sido cercado pelos muros, saem várias ruas retas, em diversas direções”, diz o Goulart Reis notando aí um contraponto



O fluxo das águas da chuva ao redor dos muros da vila em ilustração da página 21 de São Paulo: Vila, Cidade, Metrópole

à informalidade dos primeiros tempos, um pouco de disciplina urbanística.

O autor mostra ainda que o crescimento da cidade foi lento, quando comparado à multiplicação de núcleos populacionais na região. Os núcleos de Mogi das Cruzes e Santana do Parnaíba surgiram, respectivamente, em 1611 e 1625. Depois vieram Taubaté (1645), Jacareí (1653), Jundiá (1655), Guaratinguetá e Itu (1657), Sorocaba (1661) e Curitiba (1693). Enquanto isso, São Paulo crescia lentamente, em um processo que Goulart Reis classifica como uma “sangria demográfica”.

A descrição da arquitetura das casas e edifícios nesta época é detalhista e bastante ilustrada, não por imagens idealizadas romanticamente, mas por documentos, como faz questão de afirmar o autor. A reprodução de um trecho desta parte do livro dá a ideia da riqueza de detalhes. Ao descrever uma casa da Rua XV de Novembro em 1862, a partir de uma fotografia de Militão de Azevedo, Goulart Reis diz: “a casa tem três portas no andar térreo, sem qualquer ornamento, e três balcões de madeira no andar superior, todos com partes inferiores decoradas com amolfadas bisotadas e mais acima rótulas, isto é, pequenas régua de madeira cruzando-se, para deixar passar a luz e o ar”.



A restauração e a planta de 1810

Em 1765, quando a Capitania passou a ter administração independente do Rio de Janeiro, os paulistas tiveram o seu período de Restauração. A planta desse período, entre 1765 e 1780, já mostra levantamentos topográficos mais precisos, provavelmente realizados por engenheiros militares.

A São Paulo dessa época, descreve Goulart Reis citando o historiador Nuto Sant’anna, era uma cidade 2.026 habitantes, que teria 574 prédios, 821 homens e 1.205 mulheres. As áreas de ocupação mais densa estavam concentradas ao longo da atual Rua do Carmo, São Bento, Direita, XV de Novembro, Álvares Penteado e José Bonifácio. Porém, como nota o autor, mesmo essas ruas apresentavam muitos terrenos vazios (não edificadas). Só estavam totalmente ocupados os espaços do Pátio de Colégio e Pátio da Sé.

Ainda no século XVIII, a cidade experimentou crescimento mais acelerado com a abertura de ruas que levavam à Fazenda Santana (hoje bairro de Santana) passando pelo bairro da Luz; e a saída para o oeste, por meio das atuais Líbero Badaró e Avenida São João. A saída para sudoeste, caminhos para Pinheiros e Sorocaba, deu-se por meio da Ladeira do Piques, hoje Ladeira da Memória e a Ponte do Lorena, construída sobre o Anhangabaú. Além disso, foram melhorados os caminhos para leste.

O Pátio da Sé, visto por Thomas Ender em 1817. A imagem, publicada na página 53 do livro de Goulart Reis, faz parte do acervo da Akademie der Bildenden Kunst. Wien. Kupferstich Kabinett

A descrição da planta de 1810, desenhada pelo engenheiro militar Rufino José Felizardo e Costa e um dos mais importantes documentos da evolução de São Paulo, é descrita em detalhes por Goulart Reis. Ele faz uma comparação entre esse documento e a planta da Restauração, passando ao leitor uma idéia das mudanças ocorridas nesse período.

A aparência das edificações até a primeira metade do século XIX – uma fase de maior apuro com respeito à decoração e o alinhamento das fachadas – também é minuciosamente descrita. “Antes (...) não havia preocupação com a geometria: o número e posição de janelas e portas dos sobrados podiam não coincidir no térreo e no andar superior. Depois, havia evidente preocupação com a simetria e acabamento dos vãos”, escreve o autor.

Com o café, o rápido crescimento

O capítulo referente ao período que vai de 1889 a 1930, se inicia com um comentário destacando que os republicanos praticamente refizeram a cidade de São Paulo, dando-lhe uma aparência européia. Isso ocorreu por motivos políticos (ruptura com a estrutura imperial de valorização do mundo agrário), pela tendência a copiar as inovações adotadas nas cidades européias, uma vez que a elite considerava-se representante da civilização européia nos trópicos, e pela presença, cada vez maior, de europeus na população.

O crescimento da cidade até 1930 foi bastante grande. Em 40 anos, sua população cresceu 14 vezes. O desenvolvimento urbano no centro, nota Goulart Reis, foi direcionado em duas vertentes: sofisticado no lado oeste, com o Anhangabaú, Praça do Patriarca e Praça da República e o lado leste, mais simples, com a Praça da Sé e o Parque D. Pedro II. “Com reformas desse tipo e loteamentos acessíveis apenas a classes de renda mais altas (...) o urbanismo republicano estabeleceu diferenças sociais nos espaços urbanos, mais nítidas das que haviam existido no período escravagista”, escreve o autor.

O período industrial da cidade, que vai de 1930 a 1960 também é destacado na obra como época de mudanças. Goulart Reis mostra que nas décadas que se seguiram à crise de 29 e à Revolução de 30, São Paulo conservou boa parte de sua arquitetura européia nos bairros de renda média e alta, mas mostrava, nos bairros novos, uma tendência a edificações de características mais próximas das norte-americanas.

Mesmo no Centro da cidade, essa divisão era sentida, com o chamado Centro Velho de caráter mais europeu e com o Centro Novo, entre o Viaduto do Chá e a Praça da República, de caráter mais americano.

No capítulo dedicado a esse período, Goulart Reis descreve também a aparência dos bairros mais pobres e dos bairros mais ricos. Um detalhe lembrado pelo autor é que as vilas residenciais construídas por empresários com objetivos comerciais nos bairros operários, se tornaram raras a partir da adoção da Lei do Inquilinato, que retirou o interesse dos investidores em empreendimentos destinados à locação.

Finalizando o livro, Goulart Reis descreve a evolução da cidade entre 1960 e 2004, ano da edição do livro e dos 450 anos de fundação da cidade. De vila à região metropolitana, a trajetória da cidade está descrita de maneira detalhista e minuciosa, sem ser cansativa. O livro é uma leitura agradável e essencial não apenas para especialistas, mas também para qualquer paulistano que se interesse pela evolução da maior cidade do país.

Sobre o autor

Graduado em Arquitetura e Urbanismo (1955) e em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (1962), Nestor Goulart Reis é atualmente professor catedrático (titular) da Universidade de São Paulo. Tem experiência na área de Arquitetura e Urbanismo, com ênfase em Teoria da Arquitetura, atuando principalmente nos seguintes temas: patrimônio, urbanização colonial e urbanização contemporânea.

Fotografia, artes plásticas, o design

Os livros destacados nesta edição trazem dois importantes fotógrafos: o “pai” do fotojornalismo contemporâneo, Henri Cartier-Bresson e a suíça radicada no Brasil, Cláudia Andujar. Além disso, temos textos escolhidos de Mário Pedrosa a respeito de artes plásticas, a tradução comentada do capítulo “A Arquitetura”, de Hegel, e a edição revista e atualizada da História do Design Gráfico, de Philip B. Meggs



HENRI CARTIER-BRESSON, FOTÓGRAFO **Henri Cartier-Bresson e Robert Delpiri (org.)**

Cosac Naify

Este livro traz 155 fotos selecionadas pelo autor para representar toda a sua obra. Em 45 anos de carreira, Cartier-Bresson criou um estilo único e desenvolveu importantes teorias, como a do “instante decisivo”, além de ser um dos pais do fotojornalismo contemporâneo, ao lado de Robert Capa, com quem fundou a agência Magnum. Em Henri Cartier-Bresson Fotógrafo, o autor abre espaço para a reflexão do leitor, convidando-o a estabelecer relações inéditas e pessoais sobre as fotos. Segundo Augusto Massi, editor da Cosac Naify e autor do texto que apresenta o livro, Bresson opta por promover o encontro de duas realidades distantes, ao invés de estabelecer um critério cronológico e de antologia ao volume.



MARCADOS **Cláudia Andujar**

Cosac Naify

Claudia Andujar, fotógrafa suíça que vive no Brasil desde 1955, passou longos períodos em companhia dos índios Yanomami, de Roraima. Nesse livro, estão 85 fotos dos Yanomami realizadas entre 1981 e 1983, em viagem de levantamento da situação de saúde dos grupos em contato com o branco. Como os Yanomami não respondem a nome próprio, a identificação foi feita por uma fotografia do indivíduo com um número preso ao corpo. Estes registros, com textos em português e inglês, incluem, além das fotos, um roteiro das visitas e trechos do relatório da fotógrafa sobre as comunidades estudadas.

e o conceito de arquitetura

A ARQUITETURA

Georg Wilhelm Friedrich Hegel,
com tradução de Oliver Tolle

Edusp

Este livro traz a tradução comentada do capítulo “A Arquitetura”, primeira parte dos Cursos de Estética de Hegel. O texto aponta as passagens que auxiliam na interpretação do conceito hegeliano, elaborado a partir da análise da arquitetura oriental. Para o filósofo, a arquitetura, que integra o

grupo das artes plásticas, é a arte mais próxima da matéria. É também essencialmente simbólica, pois ainda não atingiu o estágio de plena vazão do conteúdo. Seu pensamento sobre essa arte particular, em uma época em que as discussões giravam em torno das arquiteturas clássica e romântica, não teve êxito e foi ignorado pela crítica. Com esse livro, Oliver Tolle resgata o pensamento de Hegel, um dos primeiros sobre a arquitetura oriental.



ACADÊMICOS E MODERNOS:

TEXTOS ESCOLHIDOS III

Mário Pedrosa e Otilia Arantes (org.)

Edusp

Essa terceira coletânea de escritos de Mário Pedrosa inicia-se com a tese inédita sobre a Missão Artística Francesa e prossegue na análise de temas como a Semana de Arte Moderna, a produção de Portinari, Di Cavalcanti, Segall, Ismael Nery e Cícero Dias, a criação das Bienais e as neovanguardas, incluindo artistas como Hélio Oiticica, Lygia Clark e Mira Schendel. O volume traz também um capítulo dedicado à arquitetura moderna brasileira e toma como principal exemplo a construção de Brasília, que se pretendeu síntese das artes e representativa de uma cultura a um só tempo nacional e internacional.

HISTÓRIA DO DESIGN GRÁFICO

Philip B. Meggs, com tradução de Cid Knipel

Edição revista e atualizada por Alston W. Purvis

Cosac Nify

Fundamental na formação de várias gerações de designers em todo o mundo, História do design gráfico, de Philip B. Meggs (1942-2002), chega agora ao Brasil. Esta edição, revista e atualizada pelo historiador e designer Alston W. Purvis, conta com 1.300 imagens coloridas. Considerado a mais completa história do design gráfico, o livro toma como marco zero as pinturas rupestres de Lascaux, realizadas há mais de 10 mil anos, até a invenção da escrita, as origens da imprensa, a Revolução Industrial e artes gráficas do século XIX, até o design pós-moderno e a era digital nos séculos XX e XXI.



Viva o Centro São Paulo

A história do

ASSOCIAÇÃO VIVA O CENTRO

Rua Líbero Badaró, 425 - 4º andar - Centro - São Paulo - SP - CEP 01009-000 - Fone 3556-8999 - Fax 3556-8980 - e-mail: avc@vivaocentro.org.br - www.vivaocentro.org.br - A Associação Viva o Centro é reconhecida como Entidade de Utilidade Pública Federal pelos governos Federal (DOU de 10/03/2000), Estadual (São Paulo-Decreto 44.256/99) e Municipal (São Paulo-Decreto 37.747/98), e como Entidade Ambientalista, Entidade Promotora de Direitos Humanos e Instituição Cultural, pelo Governo do Estado de São Paulo Decreto 46.655/02, e tem suas contas auditadas pela PriceWaterhouse Auditores Independentes.

ASSOCIADOS

Administração e Representação Telles • Agromont Administração de Bens e Participações • Agropecuária Juruá • Associação Brasileira de Bancos Internacionais - ABBI • Associação Brasileira de Designers de Interiores - ABDI • Associação Brasileira de Empresas de Serviços Especiais de Engenharia • Associação Brasileira de Gastronomia, Hospitalidade e Turismo - ABRESI • Associação Brasileira de Pedestres - ABRASPE • Associação Brasileira dos Fotógrafos de Publicidade - ABRAFOTO • Associação Comercial de São Paulo - ACSP • Associação Cristã de Moços de São Paulo - ACM/CENTRO • Associação das Empresas Distribuidoras de Valores - ADEVAL • Associação de Comerciantes, Empresários e Liberais do Centro de São Paulo - ACELCESP • Associação dos Advogados de São Paulo - AASP • Associação dos Bancos no Estado de São Paulo - ASSOBESE • Associação dos Dirigentes de Vendas e Marketing do Brasil - ADVB • Associação dos Funcionários Públicos do Estado de São Paulo • Associação dos Lojistas da Florêncio de Abreu - ALFA • Associação dos Oficiais de Justiça do Estado de São Paulo - AOJESP • Associação Nacional das Corretoras de Valores, Câmbio e Mercadorias - ANCOR • Associação Nacional das Instituições de Crédito, Financiamento e Investimento - ACREFI • Associação Paulista do Ministério Público - APM • Bairro Vivo - Agência de Preservação Urbana • Banco Itaú Unibanco • Banco Nossa Caixa • Banco Real • Banco Safra • Banco Santander • Bar Brahma • Biblioteca Mário de Andrade • BM&F Bovespa • Caixa de Assistência dos Advogados de São Paulo - CAASP • Cartório Medeiros • Casa da Bóia • Casas Bahia • Celso Figueiredo Filho • Centro Acadêmico "XI de Agosto" • Centro de Estudos das Sociedades de Advogados - CESA • Centro Universitário Belas Artes • Centro Vivo Revitalização de Imóveis • Cia Central de Importação e Exportação - CENTRAL • Cia do Metropolitano de São Paulo - METRÔ • Cia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM • Círculo Italiano - San Paolo • Colégio de São Bento de São Paulo • Condomínio Edifício Mercantil Finasa • Congregação Israelita de São Paulo/Templo Beth-El • Construtora Miguel Curi • Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo • Empresa

Metropolitana de Planejamento da Grande São Paulo - EMPLASA • Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo - EMTU • Escola Estadual de São Paulo • Escritório Fralino Sica • Estapar Estacionamentos • Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo • Federação Brasileira das Associações de Bancos - FEBRABAN • Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - FIESP • Federação de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares do Estado de São Paulo - FHORESP • Federação do Comércio do Estado de São Paulo - FECOMÉRCIO • Federação Interestadual das Instituições de Crédito, Financiamento e Investimento - FENACREFI • Fundação Escola de Comércio "Álvares Penteado" - FECAP • Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo - FESPSP • Granadeiro Guimarães Advogados • Grupo Lund de Editoras Associadas • Hering São Bento • Igreja do Beato Anchieta • Inspetoria Salesiana de São Paulo • Instituto dos Advogados de São Paulo - IASP • Instituto de Arquitetos do Brasil - IAB/SP • Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo - IHGSP • Instituto Paulista de Ensino e Pesquisa - IPEP • International Police Association - IPA • Ituana Agropecuária • José Eduardo Loureiro • José Rodolpho Perazzolo • Klabin • Lencioni Advogados Associados • Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo - LAO • Logos Engenharia • Machado, Meyer, Sendacz e Ópice - Advogados • Messina, Martins e Lencioni Advogados Associados • Mosteiro de São Bento de São Paulo • Museu da Cidade de São Paulo • Museu Pe. Anchieta • Ordem dos Advogados do Brasil - OAB/SP • Paróquia Nossa Senhora da Conceição de Santa Ifigênia • Paróquia Nossa Senhora da Consolação • Pellegrino e Associados Engenharia • Pinheiro Neto - Advogados • Pioneer Corretora de Câmbio • Polícia Civil do Estado de São Paulo - DEATUR • Polícia Militar do Estado de São Paulo - 7ª BPM-M • PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes • Rotary Club de São Paulo - República • São Paulo Convention & Visitors Bureau - SPC&VB • Savoy Imobiliária e Construtora • Secretaria de Estado da Educação • Secretaria de Estado da Justiça e Defesa da Cidadania • Secretaria de Estado dos Transportes Metropolitanos • Serviço Social do Comércio - SESC CARMO • Sindicato das Sociedades de Advogados dos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro • Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de São Paulo - SINHORES • Sindicato dos Empregados em Edifícios de São Paulo - SINDIFÍCIOS • Sindicato dos Comerciantes de São Paulo • Sindicato dos Bancários e Financeiros de SP, Osasco e Região • Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo - APEOESP • Sindicato Nacional das Empresas de Arquitetura e Engenharia Consultiva - SINAENCO • Sonia Marques Dobler - Advogados • Superintendência do Trabalho Artesanal nas Comunidades de São Paulo - SUTACO • Teatro Municipal de São Paulo • Terraço Itália Restaurante • TozziniFreire Advogados • TPA Empreendimentos e Construções • Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo • Trides Cia. Imobiliária Administradora • União dos Escoteiros do Brasil - UEB/SP • Uniesp • Universidade Anhembi Morumbi • Universidade de Guarulhos - UNG.

Principais Patrocinadores



Centro é feita de grandes nomes. Escreva seu nome aqui também.

CONSELHO DIRETOR 2007/2009

Presidente

Henrique de Campos Meirelles

Vice-Presidentes

Milton Luiz de Melo Santos

Nossa Caixa Desenvolvimento Agência de Fomento de São Paulo

Ricardo Terenzi Neuenschwander

Banco Itaú Unibanco S.A.

Roberto Mateus Ordine

Associação Comercial de São Paulo – ACSP

Secretário

Luís Eduardo Ramos Lisboa

Associação Brasileira de Bancos Internacionais – ABBI

Tesoureiro

José David Martins Jr.

BM&F BOVESPA S.A.

Conselheiros sem designação específica (em ordem alfabética)

Abram Abe Szajman – Federação do Comércio do Estado de São Paulo – FECOMÉRCIO • Agostinho Turbian – Federação Nacional das Associações dos Dirigentes de Vendas e Marketing do Brasil – FENADVB • Alberto Gosson Jorge Jr. – Associação dos Advogados de São Paulo – AASP • Alencar Burti – Associação Comercial de São Paulo – ACSP • Alencar Costa – Federação de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de São Paulo – FHORESP • Antonio Jacinto Matias – Banco Itaú Unibanco S.A. • Arnaldo Antonio Martino – Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/SP • Arnaldo Borgia – Serasa • S.J. Carlos Alberto Contieri – Museu Padre Anchieta • Celso Cintra Mori – Pinheiro Neto Advogados • Celso Figueiredo Filho – Grupo Figueiredo • Clemência Beatriz Wolthers • Clodomiro Vergueiro Porto Filho – Ordem dos Advogados do Brasil – OAB/SP • Danilo Santos de Miranda – Serviço Social do Comércio – SESC • Domingos Fernando Refinetti – Machado, Meyer, Sendacz e Ópice Advogados – MMSO • Érico Sodré Quirino Ferreira – Associação Nacional das Instituições de Crédito, Financiamento e Investimento –

ACREFI • Gabriel Mário Rodrigues – Universidade Anhembi Morumbi • Guilherme Afif Domingos • João Baptista de Oliveira – Associação Paulista de Imprensa – API e Sociedade Amigos da Cidade • João Grandino Rodas – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo • José Geraldo Barreto Fonseca – Tribunal de Justiça de São Paulo • Manoel Félix Cintra Neto – BM&FBOVESPA • Manoel Francisco Pires da Costa • Márcio Kayatt • Dom Matthias Tolentino Braga – Mosteiro de São Bento de São Paulo • Maurício Granadeiro Guimarães – Granadeiro Guimarães Advogados • Miguel Alberto Ignatios – Associação dos Dirigentes de Vendas e Marketing do Brasil – ADVB • Miguel Sampol Pou • Nelly Martins Ferreira Candeias – Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo – IHGSP • Nelson de Abreu Pinto – Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de São Paulo – SINHORES • Ney Castro Alves – Associação das Empresas Distribuidoras de Valores – ADEVAL • Orlando de Souza • Paulo Antonio Gomes Cardim – Centro Universitário Belas Artes • Paulo Ney Fraga de Sales • Raymundo Magliano Filho – BM&FBOVESPA • Ricardo Patah – Sindicato dos Comerciantes de São Paulo • Sônia Maria Gianinni Marques Dobler – Sônia Marques Dobler – Advogados • Waldemiro Antonio dos Santos.

CONSELHO FISCAL

José Heleno Mariano – Sindicato dos Contabilistas de São Paulo

José Joaquim Boarin – Sindicato dos Empregados em Edifícios de São Paulo – Sindifícios

José Maria Giaretta Camargo – Sindicato dos Contabilistas de São Paulo

ADMINISTRAÇÃO

Superintendente Geral: Marco Antonio Ramos de Almeida

Consultor: Jorge da Cunha Lima

Assessor Executivo: Antonio José Ayres Guidetti Zagatto

Coordenadores de Área

Administrativa e Financeira – Cristina Café Fernandes

Apoio às Ações Locais – Teresinha Santana

Apoio Técnico – Tatiane S. Santa Rosa

Editoração e Imprensa – Ana Maria Ciccacio



Apoio Operacional



PINHEIRO NETO ADVOGADOS





VOCÊ TEM UM CAPITAL IMENSO PARA COMEÇAR A INVESTIR: SEU TEMPO.

SIMULADOR MERCADOS FUTUROS BM&FBOVESPA. APRENDA A OPERAR NO MERCADO FINANCEIRO E CONCORRA A PRÊMIOS SEM GASTAR UM CENTAVO. O Simulador Mercados Futuros é uma excelente ferramenta para você entender o mercado de derivativos operando direto do seu computador. Você recebe um crédito fictício e pode negociar minicontratos, de Dólar e IBOVESPA, e outros contratos, como DI, Boi Gordo, Café Arábica, Milho e Soja, com os índices e as cotações reais do mercado. Você aprende tudo, sem arriscar seu capital. E os investidores com as melhores rentabilidades de cada quadrimestre ganham prêmios como bolsas de estudos no Instituto Educacional, iPods e assinaturas do Valor Econômico. Consulte o regulamento e inscreva-se no simulador.bmf.com.br

Patrocínio:

 **FLOW**

BM&FBOVESPA
A Nova Bolsa 

Derivativos são ativos de renda variável, ou seja, não oferecem ao investidor uma rentabilidade garantida, previamente conhecida. Por não oferecer garantia de retorno, devem ser considerados investimentos de risco.